



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA COM ÊNFASE EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Thyago Teglas Ferreira Capellani

***Put your foot where your mouth is: uma análise da relação entre discurso e ação na
Política Externa Brasileira***

RECIFE

2023

THYAGO TEGLAS FERREIRA CAPELLANI

PUT YOUR FOOT WHERE YOUR MOUTH IS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE
DISCURSO E AÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima

RECIFE,
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Capellani, Thyago Teglas Ferreira.

Put your foot where your mouth is: uma análise da relação entre discurso e ação na Política Externa Brasileira / Thyago Teglas Ferreira Capellani. - Recife, 2023.

61 p. : il., tab.

Orientador(a): Rafael Mesquita de Souza Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2023. 9,5.

Inclui referências, anexos.

1. Política Externa Brasileira. 2. Relações bilaterais. I. Lima, Rafael Mesquita de Souza. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

THYAGO TEGLAS FERREIRA CAPELLANI

*PUT YOUR FOOT WHERE YOUR MOUTH IS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE
DISCURSO E AÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA*

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Doutor Rafael Mesquita de Souza Lima
Departamento de Ciência Política – UFPE

Doutor Felipe Ferreira de Oliveira Rocha
Departamento de Ciência Política – UFPE

Profº. Doutor Miguel Mikelli Lucas Alves Ribeiro
Departamento de Ciência Política – UFPE

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de qualquer coisa, a minha família. Obrigado por me apoiarem durante todo esse processo, com assuntos que se relacionavam ou não com esse curso, e por me estimularem a seguir meus sonhos. Obrigado por, às vezes, acreditarem mais em mim do que eu mesmo. Esse TCC e, claramente, o que eu sou são reflexos de cada um de vocês e eu espero que isso sempre esteja claro. Vocês são meu farol! Obrigado. Amo vocês!

Agradeço também ao meu orientador, Rafael Mesquita de Souza Lima, que me mostrou (e ainda mostra) o exemplo de profissional que eu almejo ser. Obrigado por me ajudar a alinhar esse TCC a meus projetos futuros e obrigado pela disponibilidade e agilidade nas correções! É uma grande felicidade ser seu orientando nessa fase final da graduação.

Aos professores do Departamento de Ciência Política da UFPE que colaboraram para minha formação, meu muito obrigado! Em especial, agradeço ao Prof. Dalson Figueiredo, que ministrou a cadeira de TCC, pelas dicas e orientações em prol do aperfeiçoamento deste trabalho. Ao Prof. Marcelo Medeiros e ao Dr. Felipe Rocha, que me orientaram em 2 PIBICs financiados pelo CNPQ, meu mais sincero obrigado. A iniciação científica foi essencial em meu período de graduação e o trabalho de vocês me permitiu tirar maior proveito disso.

Aos meus amigos: Darling Lima, Maria Clara, Tiago Gomes, Kessily Bianka, Maria Regina, Gabriel Melo, Fernanda Bezerra, Quesia Alves, Ana Larissa, Paloma Amorim, João Felipe e tantos outros, muito obrigado! Sem vocês essa graduação não teria sido a mesma coisa e eu tive sorte em estar na mesma sala que vocês. Obrigado pelas conversas, risadas, conselhos e resumos. Os amo muito!

A cooperação em política externa não é simplesmente o produto de interesses nacionais; deve-se ao processo de interação social, ou seja, resulta de diplomacias nacionais comunicando, intencionalmente ou não, a si mesmas e entre si, suas intenções e percepções em matéria de cooperação política; a interação social constrói estrutura intersubjetivas que ajudam a aumentar a cooperação (JACKSON e SORENSEN, 2013, p.248).

RESUMO

Qual a relação entre a atenção discursiva e a atenção prática na Política Externa Brasileira? A partir de informações longitudinais detalhadas sobre 1.784 discursos diplomáticos, 3.434 acordos bilaterais e 297 viagens presidenciais, este trabalho testa duas hipóteses. São elas: 1) que quanto maior for o número de menções a um país, maior será o número de acordos bilaterais entre ele e o Brasil, e 2) que quanto maior for o número de menções a um país, mais frequentes as visitas do presidente brasileiro. Metodologicamente, o desenho de pesquisa consolida informações tabuladas por Mesquita (2021) e Rocha (2019) em uma base de dados original que permite mensurar como a relação entre menções, viagens e acordos variou entre 1995 a 2019. Os resultados sugerem que quanto maior o número de menções a um país, maior a quantidade de acordos bilaterais. Além disso, a atenção discursiva também está positivamente correlacionada com a quantidade de visitas do presidente brasileiro. Este trabalho contribui com o debate sobre as relações bilaterais do Brasil e pode fundamentar outros estudos especialmente elaborados para melhor compreender os fatores que explicam a PEB.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Relações bilaterais; Parceria estratégica; Análise de Política Externa; Construtivismo.

ABSTRACT

What is the relationship between discursive attention and practical attention in Brazilian Foreign Policy? This study tests two hypotheses using detailed longitudinal data on 1,784 diplomatic speeches, 3,434 bilateral agreements, and 297 presidential trips. First, we hypothesize that the more a country is mentioned in speeches, the more bilateral agreements it will have with Brazil. Second, we hypothesize that the more a country is mentioned in speeches, the more frequent presidential visits it will receive from Brazil. Methodologically, the research design consolidates data compiled by Mesquita (2021) and Rocha (2019) into an original database that allows us to measure how the relationship between mentions, visits, and agreements varied from 1995 to 2019. The results suggest that there is a positive correlation between the number of mentions a country receives and the number of bilateral agreements it has with Brazil. Furthermore, discursive attention is also positively correlated with the frequency of Brazilian presidential visits. This study contributes to the debate on Brazil's bilateral relations and may provide a foundation for further research aimed at better understanding the factors that explain Brazilian Foreign Policy.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Bilateral relations; Strategic partnership; Constructivism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Correlograma das 3 variáveis	39
Figura 2: Pesquisa avançada no Concórdia	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Menções ao país.....	41
Gráfico 2: Visitas ao país	43
Gráfico 3: Relação Visitas e Menções	45
Gráfico 4: Acordos bilaterais com o país.....	48
Gráfico 5: Relação Acordos e Menções.....	51
Gráfico 6: Relação Visitas e Menções sem os Estados Unidos	70
Gráfico 7: Relação Acordos e Menções sem os Estados Unidos.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Parcerias estratégicas do Brasil.....	23
Quadro 2: Dimensões e indicadores	33
Quadro 3: Variáveis	37
Quadro 4: Posição das parcerias estratégicas consolidadas	55
Quadro 5: Lista dos territórios sem dados	67
Quadro 6: Modelos de linha de tendência do gráfico 3	69
Quadro 7: Modelos de linha de tendência do gráfico 5	69
Quadro 8: Modelos de linha de tendência do gráfico 6	70
Quadro 9: Modelos de linha de tendência do gráfico 7	71

LISTA DE SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CE	Comunidade Europeia
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
FHC	Fernando Henrique Cardoso
G- 4	Grupo dos 4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão)
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
PEB	Política Externa Brasileira
RPDN	Regional Powers Diplomatic Network
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UE	União Europeia
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE SIGLAS	10
1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 HISTÓRICO DA ATIVIDADE DIPLOMÁTICA BRASILEIRA	15
4 PARCERIAS BILATERAIS ESTRATÉGICAS	21
4.1 ESTADOS UNIDOS	24
4.2 ARGENTINA	25
4.3 PORTUGAL	26
4.4 NOVAS PARCERIAS	28
5 CONSTRUTIVISMO: O DISCURSO NO MUNDO EMPÍRICO	30
6 METODOLOGIA	33
7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
7.1 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO	39
7.2 DISCURSOS E VISITAS	40
7.3 DISCURSOS E ACORDOS	48
7.4 VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES	53
8 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXO A - Territórios excluídos da análise	67
ANEXO B – Pesquisa avançada no site Concórdia.....	68
ANEXO C – Descrição do modelo de tendência.....	69
ANEXO D - Análise sem o efeito dos Estados Unidos	70

1 INTRODUÇÃO

A atenção discursiva destinada a um Estado está correlacionada com a atenção na dimensão prática? O debate sobre a existência de uma relação entre discurso e ação na política externa existe de forma consolidada na literatura. Ainda assim, são escassos aqueles que buscam mensurá-la e descrevê-la.

O centro de alguns trabalhos nessa linha de pesquisa, geralmente, tem como foco compreender o uso de conceitos que são utilizados por Estados como títulos de realce a uma relação bilateral. Presente nesse léxico, pode ser citado a Parceria estratégica, utilizada por diversos países, incluindo o Brasil. A literatura aponta que essa ação não garante, por si só, maior interação entre os Estados, apesar de estar relacionada a padrões comportamentais (FARIAS, 2013).

Pensando nisso, essa monografia tem como principal objetivo explorar o comportamento da relação entre a dimensão empírica e retórica. Acredita-se que a consistência nessas duas esferas da PEB representa maior atenção ao parceiro. Levando em consideração os anos de 1995 a 2019, utilizam-se 3 objetos de análise: i) as menções que o Brasil realizou a outro país em seus discursos, ii) as visitas do presidente brasileiro e iii) a celebração de acordos bilaterais. Essas variáveis serão coletadas, respectivamente, por meio dos dados disponibilizados pela Tese de doutorado de Rocha (2021); pelo *Rising Powers Diplomatic Network*, base de dados de Mesquita (2019) e colaboradores, e pelo Concórdia, o acervo online oficial do Ministério das Relações Exteriores, e serão unidas em uma base original.

Serão analisadas 25.825 menções a países nos 1.784 discursos do presidente e seu chanceler, 297 viagens do presidente brasileiro e 3.443 acordos bilaterais. Com esse corpus, espera-se encontrar resposta para as duas hipóteses trabalhadas aqui: 1) que quanto maior for o número de menções discursivas a um país, maior será o número de acordos bilaterais celebrados com ele, e 2) que quanto maior for o número de menções discursivas a um país, mais frequentes são as visitas do presidente brasileiro. Baseado no conceito de saliência

(ROCHA, 2021), infere-se que quanto mais se fala de um tema, mais importante ele tende a ser.

As contribuições deste trabalho exploratório são direcionadas ao aprofundamento do debate e ao fortalecimento desse tipo de análise. Por meio da análise de Pearson, os resultados permitem confirmar uma correlação positiva entre as menções e o número de viagens e de acordos. Sobretudo para os países da América do Sul, os achados demonstram que há uma consistência da atenção nas esferas discursiva e prática. Apesar disso, existe tendência a realizar uma política externa mais retórica do que prática em relação aos países do BRICS e o Estados Unidos.

Essa monografia está estruturada da seguinte forma. Após essa introdução, a segunda seção traz os objetivos gerais e específicos desse trabalho. A terceira, traça um breve panorama histórico da Política Externa Brasileira (PEB) e a quarta, trata do uso do conceito de Parceria Estratégica no cenário internacional. O quinto segmento argumenta em favor de elementos não materiais na compreensão da política externa com base na teoria construtivista. A sexta seção trata da metodologia utilizada aqui. A sétima, que expõe e discute os resultados desse trabalho, é subdividida em quatro partes: a primeira, observa a correlação de Pearson entre as variáveis; a segunda e terceira, debatem a relação entre as menções e as viagens e entre menções e acordos bilaterais, respectivamente, e, a quarta aborda a validação das hipóteses. Por fim, a oitava seção traz as considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Explorar a relação entre a dimensão empírica e a dimensão retórica da política externa brasileira.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Sistematizar uma base original com o número de menções, o número de visitas presidenciais bilaterais e o número de acordos bilaterais entre 1995 a 2019 para os 211 territórios analisados.
- 2) Observar e descrever o comportamento das variáveis para os 211 territórios analisados.
- 3) Identificar casos aberrantes nos resultados para a variável discursiva e as variáveis práticas.

3 HISTÓRICO DA ATIVIDADE DIPLOMÁTICA BRASILEIRA

A PEB apresenta certa continuidade em seu comportamento, seja na redemocratização, seja no período de consolidação desse regime. Acredita-se que isso se deve, em parte, ao caráter centralizador do Ministério das Relações Exteriores (FONSECA, 2011), já que a presença da opinião da sociedade civil na atuação internacional brasileira ocorre, mais claramente, apenas após o lançamento do plano Real e a resolução da crise econômica do país (LIMA, 2009). Apesar disso, quando comparada entre um governo e outro, essa política permanece com poucas variações.

Gelson Fonseca Júnior nomeia de “Dimensão política da continuidade” esse aspecto de padronização (FONSECA Jr, 2011, p. 17). Mesmo em situações que apresentam mudança, existe uma busca por situar as variações em uma perspectiva de tradição. Logo, momentos de ruptura real seriam raros. Não obstante a estabilidade dessa política, faz-se necessário, aos propósitos deste TCC, debruçar-se sobre as possíveis idiosincrasias de cada governo do período marcado pelo retorno do regime democrático.

O governo de José Sarney, caracterizado pela transição para a democracia no Brasil, traz poucas variações em relação ao regime anterior. Fatores internos, como a alta inflacionária, e externos, como a consolidação de um modelo neoliberal, restringiram e direcionaram a diplomacia desse período (PRADO e MIYAMOTO, 2010).

A ascensão de temas como o Meio Ambiente, segurança e paz na América Sul e as discussões da Rodada Uruguai, fortaleceram a aproximação com os países limítrofes. Conforme é percebido que os demais países sulamericanos lidam com os mesmos problemas em relação às regras comerciais estabelecidas pelo sistema Internacional, verifica-se a consolidação de uma agenda de integração regional (PRADO e MIYAMOTO, 2010; FONSECA, 2011).

Enquanto as potências centrais acusam os países do Sul – em temas como narcotráfico, degradação ambiental, democratização – o Brasil apela aos foros globais. Estes tornam-se arenas nevrálgicas às demandas nacionais (PEREIRA, 2003; CRUZICHI, 2019). Portanto, não

é incomum que blocos até hoje importantes para sua diplomacia, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹, encontrem algumas de suas raízes nesse momento da PEB.

O período que sucede ao do governo Sarney é chamado por Carmen Fonseca (2011, p. 35) de “crise de transição”. Este, ao abarcar o corte temporal que vai de 1990 a 1994 – Collor e Itamar –, é caracterizado pela ascensão de uma agenda internacional que se faz presente no restante dos governos democráticos.

Em seu mandato, Fernando Collor abre espaço, não mais visto após seu Impeachment, para os setores mais liberais do Itamaraty, favoráveis a uma aplicação rígida das normas do Consenso de Washington (FONSECA, 2011). Rompendo com o paradigma de política externa fortalecido por Geisel (1974 a 1979), Collor tem como objetivo a abertura comercial do país. Esta, feita unilateralmente e com uma quase ausência de reciprocidade, seja por parte dos parceiros internacionais, seja por seus concorrentes (VIZENTINI, 2003).

Na execução de sua política exterior, Collor sofre com uma visão equivocada em relação à importância dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. Apesar de autores como Fonseca (2011) defenderem que essa ilusão dura pouco tempo, ainda é duradouro o bastante para que Pecequillo (2013) perceba o Mercosul – eixo da integração regional – como uma mera demonstração de disposição às medidas liberais. A busca por um lugar no primeiro mundo vem com forma de alinhamento aos países do norte global (VIZENTINI, 2003; PECEQUILO, 2013).

Com Itamar Franco, grande parte das tendências liberalizantes implementadas por Collor não sofrem retrocesso (VIZENTINI, 2003, p. 79). Ainda assim, Itamar consolida as bases de organizações multilaterais centrais para a inserção brasileira no cenário global. Em 1994, por exemplo, têm lugar a I Reunião dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, a

¹ Fundação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), na primeira conferência que reuniu chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, cidade de São Luís do Maranhão.

III Reunião da ZOPACAS e o Protocolo de Ouro Preto. Nesses, apresenta-se o interesse brasileiro em nutrir as relações com Portugal, com países africanos e com sua região, a América do sul, respectivamente (FONSECA, 2011; VIZENTINI, 2003; SARAIVA, 2013; CERVO, 2013).

Nesse período, o progresso na integração regional vem junto da preferência pela própria região. Segundo Fonseca (2011), há um interesse em aumentar a capacidade de negociação do Brasil e em favorecer um pleito central que será levado adiante pelos governos sucessores, o de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Uma das estratégias para alcançar esse protagonismo foi a abertura de embaixadas onde ainda não havia, sobretudo na América Central, onde o Brasil procurou estender sua influência (VIZENTINI, 2003).

No período dos 8 anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) há uma série de desenvolvimentos em relação a seus antecessores. É nesse governo, marcado pelo pacifismo e pragmatismo, que se vê um processo de “desdramatização” da PEB (FONSECA Jr. 1998, p. 356). Ou seja, há uma preocupação em reduzir as rusgas e crises internacionais.

Uma das características mais marcantes desse momento é o redirecionamento da atuação diplomática brasileira. Ao afastar-se do conceito de “autonomia pela distância”, FHC tem por objetivo renovar as credenciais brasileiras e alcançar novos parceiros (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003; GENOÍNO, 1999). Esse novo modo de participação, “autonomia pela integração”, busca influenciar ativamente as “normas e pautas” internalizadas pelos regimes internacionais (FONSECA Jr., 1998, p. 363-374).

Apesar de sua intenção universalista, esse governo aprimora algumas relações mais tradicionais. Com a adesão ao Tratado de Não Proliferação (1968), em 1998, FHC dá fim a um dos grandes empecilhos na interação bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Já no que tange à atuação em esfera regional, sua performance é discrepante daquela exercida no sistema internacional mais amplo. Na América do Sul, o regionalismo aberto é visto como mais favorável à influência brasileira e ao seu projeto de reafirmar-se como *global player*. É

fundamentado nessa perspectiva que FHC promove a continuidade do Mercosul, buscando um bloco que não limite a diplomacia nacional (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003; PINHEIRO, 1998).

Com a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2002, observa-se a continuação e a consolidação da “revelação internacional” do Brasil (FONSECA, 2017, p. 54). O novo presidente mostrava-se mais positivo e ambicioso que FHC em relação às possibilidades de atuação no exterior (HURRELL, 2008). É nisso que se baseia Celso Amorim ao intitular a diplomacia desse governo como “ativa e altiva” (AMORIM, 2012).

Esse novo momento da atuação do país, porém, é visto como não tão transformador, por ter algumas semelhanças com o antecessor (ROCHA, 2021). Um exemplo disso é a diplomacia presidencial que, também chamada de “ativismo diplomático” durante o governo petista (ALLES, 2012), é essencialmente marcada por um protagonismo do chefe de Estado na Política Externa. Percebida já com Collor (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003), ela é consolidada com FHC e auxilia na reconstrução da reputação nacional. Durante o governo Lula, essa atuação se intensifica a ponto de discutir-se a partidarização e personalização da PEB (*Idem*, 2007; ZANINI, 2017; ALMEIDA, 2004, 2006)

O anseio pelo universalismo e a abertura de embaixadas proporcionam uma rede mais ampla de relações bilaterais, porém, a preocupação com a região permanece conspícua. Ainda assim, o regionalismo de Lula apresenta preferência pela microrregião, a América do Sul, em detrimento da América Latina (ROCHA, ALBUQUERQUE e MEDEIROS, 2018; ROCHA, 2021). Além disso, existe uma certa manutenção de tendência observada já no período de FHC: o Mercosul perde espaço na PEB. Com Lula, isso ocorre favoravelmente a uma integração de natureza mais social do que econômica (SARAIVA, 2013).

Os três últimos governos, de Dilma Rousseff, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, apresentam a interrupção da hiperatividade internacional brasileira como traço importante para a presente discussão (NOLTE e SCHENONI, 2021). De acordo com Nolte e Schenoni (2021),

esse retraimento da PEB, visto com maior ênfase no governo de Bolsonaro, não é algo restrito ao comportamento ideológico deste. Na presidência de Dilma, a queda no crescimento do PIB e o escândalo de corrupção², atrelados à preferência pela política doméstica, são possíveis causas para isso (NOLTE e SCHENONI, 2021).

A falta de vontade política da presidente Dilma, por exemplo, acarreta na interrupção das cúpulas do IBAS desde 2013, um fórum basilar na relação entre Brasil, Índia e África do Sul (SARAIVA e GOMES, 2016. p. 84; ONUKI e OLIVEIRA, 2013). Além deste, outro bom indicador da retração é o número de viagens. Embora seja traço fundamental nos governos de Lula e Cardoso, com Dilma as visitas presidenciais sofrem uma queda expressiva (CORNETET, 2014; NOLTE e SCHENONI, 2021), o que pode ser interpretado como “menor ênfase da presidente Dilma Rousseff à diplomacia presidencial” (CORNETET, 2014, p. 125).

Michel Temer aprofunda um pouco mais o processo de distanciamento do Brasil em relação ao sistema internacional e regional. No caso da Venezuela, por exemplo, o Brasil retira-se do papel de mediador protagonista ao integrar o Grupo de Lima e, com isso, tornar o problema um tema hemisférico – sob maior influência dos interesses estadunidenses (NOLTE e SCHENONI, 2021).

Por fim, é com a ascensão de Bolsonaro, em 2019, que se abandona o processo de inserção global fundamentado na liderança regional (NOLTE e SCHENONI, 2021). O Brasil, agora com uma visão direitista e conservadora, passa a buscar outros caminhos. Mediante alinhamento automático com os Estados Unidos, a diplomacia nacional almeja defender a “ocidentalização” e a “cristianização” das relações internacionais (ROCHA, 2021, p. 79).

Outros aspectos da PEB que remetem a comportamentos do período de maior atividade diplomática – Cardoso e Lula –, também são ameaçados. Por exemplo, o multilateralismo. Casarões (2020) mostra que, desde a campanha presidencial de Bolsonaro, o ex-presidente já

² A Operação Lava Jato foi iniciada no ano de 2011 e ajudou a moldar uma percepção social de que atuação internacional, sobretudo regional, estaria atrelado à corrupção (NOLTE e SCHENONI, 2021).

afirmava a possibilidade de sair da Organização Nações Unidas (ONU) por acreditar que esta seria uma “congregação comunista” (CASARÕES, 2020, p. 89). Sendo assim, essa e outras entidades, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), por fomentarem o chamado globalismo, não teriam mais um papel importante para a conquista dos interesses do país (ROCHA, 2021; CASARÕES, 2020).

Com esse panorama histórico da PEB, busca-se perceber como as continuidades e mudanças chegaram a interferir em algumas das relações bilaterais brasileiras. Na próxima seção, a monografia tem como objetivo apresentar e descrever as fraquezas do uso do conceito de parceria estratégica pelos Estados.

4 PARCERIAS BILATERAIS ESTRATÉGICAS

Após o fim da Guerra Fria, a literatura identifica uma mudança no léxico diplomático mundial, com a aparição do termo ‘parceria estratégica’. A situação sanitária, ambiental e migratória passa a dividir espaço com temas securitários e estimula a necessidade de estabelecer relacionamentos mais estáveis. Nestes, divergências em alguns tópicos não deveriam ser capazes de ferir a relação bilateral. (GOLDENSTEIN, 2005; HAMILTON, 2014; FARIAS, 2013; BECARD, 2013; BLANCO, 2016).

Esse período mostra-se favorável para que atores importantes no cenário internacional lancem mão desse novo conceito. A União Europeia, por exemplo, possui documentos como a Estratégia de Segurança Europeia (2003) e o Relatório para a Implementação da Estratégia de Segurança Europeia (2008) que expõem a intenção do bloco em estabelecer parceria estratégica com cerca de 10 países – incluindo o Brasil (FERREIRA-PEREIRA e VIEIRA, 2016). A China, em 2014, já havia consolidado esse tipo de relacionamento com mais de 50 países (ZHONGPING e JING, 2014) e até os Estados Unidos utilizou disso em algumas relações bilaterais (HAMILTON, 2013).

Não obstante esse “boom de parcerias” (ZHONGPING e JING, 2014, p. 9), existe ainda um forte investimento intelectual em definir esse conceito. Este, como diversos outros termos da diplomacia mundial, possui significativa margem de interpretação devido à dificuldade em encontrar padrões nas relações que recebem tal alcunha. A China, a União Europeia e os Estados Unidos, não possuem parâmetros claros para determinar uma parceria estratégica, e o projeto de criá-los, quando existe, tende a ser rejeitado pelo temor de que isso leve a uma retração na interação com outros Estados (ZHONGPING e JING, 2014; BLANCO, 2016; RENARD, 2012; FERREIRA-PEREIRA e VIEIRA, 2016; BASRUR e KUTTY, 2018; HAMILTON, 2014).

A falta de padronização na atribuição do título de parceria estratégica também provoca divergências na discussão sobre as características desse tipo de relacionamento. A literatura

sugere que fatores como a baixa institucionalização (SILVA, 2015; STRUVER, 2017); a simetria entre as partes (BLANCO, 2016), e a inexistência de conflitos (FARIAS, 2013; BASRUR e KUTTY, 2018) não são objeto de consenso entre os autores. Logo, além da ausência de parâmetros que levam os países a estabelecer esse tipo de relacionamento, a falta de uma definição clara do conceito torna-se mais uma dificuldade para o pesquisador da área.

Apesar disso, esse tipo de relação vem ganhando cada vez mais importância para a agenda de relações bilaterais dos Estados, inclusive do Brasil. Aqui, o conceito surge entre as décadas de 1970 e 1980, a partir da tendência a certo distanciamento com os Estados Unidos, e consolida-se no pensamento da diplomacia nacional (PECEQUILO, 2013; LESSA, 2010; SILVA, 2015; STRUVER, 2017). Lessa (2010) argumenta que o uso desse termo por parte do Brasil tem raízes na natureza universalista da PEB e na sua necessidade de realizar aproximações seletivas.

Assim como em outros países, porém, a diplomacia nacional fomentou um processo de vulgarização do conceito de parcerias estratégicas, “transformando-o em um mero rótulo” (LESSA, 2010, p. 120). Desde relações realmente fulcrais à diplomacia brasileira até outras não tão importantes, como entre o Brasil e a Ucrânia, a Noruega e até a Dinamarca, receberam a alcunha de “estratégicas”. Em razão disso, torna-se difícil identificar quando de fato ocorre uma parceria estratégica nas relações bilaterais brasileiras. Para Silva (2015, p. 166), “a análise das parcerias estratégicas do Brasil precisa estar atenta aos diferentes níveis e graus de profundidade das relações bilaterais, bem como reconhecer certa vulgarização do conceito ocorrida na última década”.

É por conta de sua banalização que testes empíricos, como o que se propõe aqui – de observar a convergência entre menções, visitas e acordos –, podem ser formas mais apropriadas de avaliar a importância de uma relação (LESSA, 2010). Isso será melhor explanado no capítulo voltado para a discussão metodológica do atual trabalho.

Antes disso, faz-se importante a construção de um panorama sobre algumas das parcerias estratégicas bilaterais históricas desse país. Conforme já se argumentou, existe dificuldade em delimitar quais relações são mais ativas e verdadeiramente estratégicas, e quais somente recebem esse rótulo retórico. Ainda assim, a literatura aponta para alguns fatores que podem ser utilizados como parâmetros no uso desse termo por parte do Brasil: i) a proximidade regional, ii) o peso político-econômico, iii) a importância histórica e/ou iv) a similaridade cultural (LESSA, 2010; PECEQUILO, 2013; CERVO, 2013; SARAIVA, 2013)

Conforme apresenta o Quadro 1, optou-se por sete Estados que parecem melhor representar esses fatores: África do Sul, Argentina, China, Estados Unidos, Índia, Portugal e Rússia. Porém, faz-se necessário esclarecer que essa lista não se propõe a ser exaustiva, e nem poderia, devido às já discutidas divergências e despadroneizações no âmbito deste tema (LESSA, 2010; PECEQUILO, 2013; CERVO, 2013; SARAIVA, 2013).

Quadro 1: Parcerias estratégicas do Brasil

País	Data	Principais áreas de cooperação entre os países
África do Sul	09/07/2010	Cooperação nos campos político, diplomático, estratégico, econômico, comercial, de direitos humanos, educação, segurança pública e defesa, turismo, transportes, agricultura, segurança alimentar, ciência e tecnologia, cultura, desenvolvimento, saúde e energia. Apoio à reforma do CSNU.
Argentina	Meados dos anos 1980	“Parceria estrutural”, cooperação bilateral em vários campos; Mercosul.
China	Meados dos anos 1990	Além dos grandes fluxos comerciais e de investimento, a parceria se dá principalmente no âmbito científico-tecnológico. Mais importante programa de cooperação Sul-Sul existente em área de alta tecnologia, consubstanciado no Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres).
Estados Unidos	—	“Parceria Fundamental”; “ <i>Major Non-Nato Ally</i> ” *
Índia	12/09/2006	Cooperação no campo de energias renováveis, educação, desenvolvimento social, saúde, programas espaciais, defesa e cultura. Diálogo sobre segurança energética e segurança internacional.
Portugal	Sem data específica	Apoio de Portugal ao maior contato entre Brasil e a União Europeia e à ocupação de um assento, pelo Brasil, como membro permanente do CSNU. Cooperação mais tradicional e histórica referente a países que já mantiveram laços coloniais, ou seja, possui uma característica mais cultural e linguística.
Rússia	14/01/2002	Cooperação econômica, comercial, científica tecnológica, militar, energética, cultural, além de possuírem grande fluxo comercial. Apoio ao Brasil como um dos fortes candidatos à vaga de membro permanente do Conselho de Segurança reformado.

*Atualização na relação bilateral realizada em 2019.

Fonte: Silva (2015). Dados coletados pelo site do Itamaraty³.

³ MRE — Português (Brasil) (www.gov.br)

4.1 ESTADOS UNIDOS

A interação entre Estados Unidos e Brasil surge logo após a independência deste, sendo Washington o primeiro governo a reconhecer o novo país, em 1824 (FAUSTO, 2012). Essa relação, justamente por ser histórica, pode ser vista como uma das melhores representações daquilo que foi argumentado acima: a proximidade de caráter estratégico entre duas nações não se reflete, necessariamente, em uma confluência perfeita de interesses (ARIAS, 2013). Pode, também, ser caracterizada como ambivalente, visto que Brasília tenderia a perceber Washington, em alguns períodos de sua história, tanto como um aliado quanto como um antagonista (STUENKEL e TAYLOR, 2015; FONSECA, 2017).

A despeito de suas divergências, esse relacionamento é visto pela literatura como uma parceria fundamental ou estratégica, pelo fato de que ele condiciona parte do comportamento brasileiro diante do sistema internacional (SILVA, 2015; LESSA, 2010). Apesar disso, alguns autores, como Fonseca (2017) e Vaz (1999), constataam que ainda no período do governo Lula, essa relação não era reconhecida como uma parceria estratégica – posição acolhida pelo MRE⁴.

Ao longo da história diplomática desses dois Estados, o grau de aproximação esteve fortemente condicionado a dois traços de comportamento brasileiro: a da busca pela autonomia, atuando como uma força centrífuga, e o interesse em um alinhamento automático, como força centrípeta à relação entre os dois. De um lado, governos em que a busca de autonomia trouxe certo distanciamento foram: o de Juscelino Kubitschek e a Operação Pan-Americana; o de Jânio Quadros e João Goulart e a Política Externa Independente, e o período ditatorial de Geisel e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico. Do outro lado, na tentativa de estabelecer uma interação mais ativa com base em uma complacência aos interesses estadunidenses, tem-se o governo de Dutra, Castelo Branco, Collor e Jair Bolsonaro (PECEQUILO, 2013; VIDIGAL e

⁴ Ainda assim, é válido fazer menção ao fato de que, em 2019, os Estados Unidos elevou o Brasil ao patamar de “Major Non-NATO ally”. <https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/#:~:text=Brazil%20became%20a%20Major%20Non-NATO%20Ally%20of%20the,defense%20technology%20between%20U.S.%20and%20Brazilian%20defense%20companies>. (Acessado em: 22/01/2022)

DORATIOTO, 2021; LESSA, 2010; CASARÕES, 2020; FONSECA, 2017; VAZ, 1999; SPEKTOR, 2004)).

É a partir da década de 1990, mais especificamente os governos de Cardoso e Lula, que esse relacionamento passa por algumas transformações. O que Rocha (2021) chama de desdramatização da PEB se reflete, aqui, no que Hirst e Pinheiro (1995, p. 20) definem como “direito de divergir”. A possibilidade de discordar sem ferir severamente a interação entre esses dois Estados atrela-se, segundo Lessa (2010), à tendência em dividir a relação em duas esferas aparentemente independentes uma da outra: a de temas regionais e a de temas gerais. Tudo isso favorecendo e fortalecendo uma relação mais harmoniosa entre os dois.

4.2 ARGENTINA

A parceria estratégica com a Argentina é facilmente caracterizada como estratégica e estrutural, diferentemente daquela com os Estados Unidos. Vista também como a principal e mais abrangente, essa relação brasileira tem caráter histórico ainda anterior a sua independência. Acredita-se que um fator que atribui maior importância a esse relacionamento seja, dentre outras coisas, a proximidade geográfica entre os dois Estados. A Argentina é percebida pelo Brasil como um interlocutor diferenciado em relação aos demais países limítrofes (LESSA, 2010; VAZ, 1999; SARAIVA, 2013; FARIAS, 2013; BECARD, 2013).

Apesar de uma percepção mais consensual quanto a sua relevância, o relacionamento entre os dois “hermanos” nem sempre encontrou convergência de interesses, assim como com o país norte-americano. Seja devido aos projetos de potência emergente e de liderança regional brasileiros, seja devido às assimetrias existentes entre eles, essa conexão bilateral encontra, por vezes, algum obstáculo ao seu aprofundamento. O que não diminui sua relevância ao longo do tempo (SARAIVA, 2013).

Fatores que aparentemente serviram como mecanismos de aproximação entre o Brasil e a Argentina se encontram tanto na relação destes com os Estados Unidos, como também na

dinâmica regional. As frustrações com a busca por uma parceria privilegiada com Washington, associadas ao retorno do regime democrático e à marginalização da América Latina no sistema internacional, promoveram certa convergência entre Brasília e Buenos Aires, na década de 80 e 90. Representada pelas Atas de 1985 e 1986, pelo Tratado de 1988 e até pela inédita cooperação na área nuclear, essa interação estimulou o arrefecimento das desconfianças mútuas. A epítome desse processo de harmonização pode ser atribuída à criação, em 1991, do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (SARAIVA, 2013; CRUZICHI, 2019; LESSA, 2010; VAZ, 1999; VIZENTINI, 2003).

Por fim, um aspecto central dessa parceria é seu papel no projeto de integração regional. É ele que fornece as raízes para o Mercosul e, outrossim, para a estabilização da própria América do Sul. No período do governo de Lula, a defesa do bloco e a manutenção da relação com o vizinho, são compreendidas como política de Estado – padrão seguido pela sua sucessora, Dilma Rousseff. Isso se dá pelo receio de que a falta de medidas cooperativas desencadeasse o retorno de rivalidades entre esses Estados (SARAIVA, 2013; LESSA, 2010; GONÇALVES e LYRIO, 2003; VAZ, 1999; VIZENTINI, 2003).

4.3 PORTUGAL

Mais do que as duas anteriores, a relação com Portugal tem um caráter fortemente histórico. Por isso, torna-se estranho que, em comparação a elas, essa seja menos mencionada na literatura brasileira. Quando o é, os autores referem-se majoritariamente a alguns aspectos idiossincráticos mais explícitos: à alma cultural-histórica dessa interação bilateral e à relação dos dois Estados com a União Europeia (UE) e com o Continente Africano (CERVO, 2013; FONSECA, 2010; VIZENTINI, 2003; VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003; AMORIM, 2010; MALAMUD e SEABRA, 2022; BRITO, 2005; SILVA, 2007).

No que tange ao aspecto cultural, a língua portuguesa é vista pela academia como um possível “polo aglutinador” (CRUZICHI, 2019, p. 90). A Comunidade de Países de Língua

Portuguesa (CPLP) é considerada uma ilustração dessa importância concedida à uniformidade idiomática. Junto a isso, existe a discussão sobre o compartilhamento histórico-cultural *vis-à-vis* o aprofundamento do relacionamento luso-brasileiro. Cervo (2013) menciona autores como Carla da Costa (2005), que defende a cultura como fator de aproximação entre esses Estados, e Joaquim Silva (1994), que concede ínfimo valor a isso nesta relação. Há, ainda, expressões da dimensão literária brasileira que promovem a compreensão de união entre as duas nações, como o “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre (CERVO, 2013, p. 122), aspecto que não encontra reciprocidade na literatura portuguesa (CERVO, 2013).

Malamud e Seabra (2022) confirmam que o aspecto cultural, ao invés de incentivar uma relação de resultados concretos, tem estimulado uma situação de poucas inovações. É possível que o interesse de ambos os Estados em utilizarem-se mutuamente para acessar outros parceiros seja uma das causas desse fenômeno. Ao mesmo tempo em que Portugal apelou aos seus laços histórico-culturais com o Brasil em seu pleito de entrada na União Europeia, Brasília também possuiu expectativas de galgar espaço privilegiado com a, na época, Comunidade Europeia (CE) por meio da inserção de Lisboa (MALAMUD e SEABRA, 2022; CERVO, 2013; VIZENTINI, 2003).

Criada em 1996 com o intuito de acercar Portugal e Brasil a outras nações soberanas lusófonas, a CPLP também possui caráter relativamente questionável em relação a seu papel como fator de aproximação entre esses dois Estados. Sabe-se que uma dinâmica própria dessa relação é a de concorrência entre os dois países por um papel de maior relevância nas ex-colônias portuguesas do Continente Africano. A partir disso, alguns autores creem que a CPLP não só serviu como mais um palco de divergências entre eles, mas também que, devido à maior atenção de Portugal ao bloco, este estaria mais próximo do país europeu do que do americano (MALAMUD e SEABRA, 2022; SEABRA, 2021a; SEABRA, 2021b; SEABRA e ABDENUR, 2018; CERVO, 2013; DÁVILA, 2010; CARVALHO, 2009).

4.4 NOVAS PARCERIAS

A relação bilateral com a China é multidimensional e importante o suficiente a ponto de ter uma discussão própria (CUNHA, 2010). Recorda-se que ela se tornou, para ambos, a primeira Parceria Estratégica Global⁵ – termo utilizado pela PEB, mas escassamente explorado pela academia (CUNHA, 2010). Apesar disso, ela será tratada em conjunto com outros países, com o objetivo de ressaltar alguns padrões observados nessas interações.

As parcerias estratégicas com a África do Sul, a China, a Índia e a Rússia são consideradas novas devido ao seu caráter de formação relativamente recente. Além disso, as quatro possuem certos traços em comum, visto que seu aprofundamento é, de certa forma, resultado da busca da diplomacia brasileira por um espaço mais privilegiado na ordem internacional. Não surpreende, portanto, a diversidade temática e a presença de certa tendência ao *soft-balancing* e revisionismo *soft* (LIMA, 2010; ONUKI e OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2015; VAZ, 1999; LESSA, 2010).

A relação com a China provém do início da década de 1970 e ganha relevância no início do século, com o lançamento dos satélites CBERS⁶ e o aprofundamento do interesse comercial mútuo. Em relação aos outros três países, a parceria estratégica surge em um período muito próximo: na primeira década dos anos 2000. Com certa predominância da cooperação Sul-Sul durante o governo Lula, o surgimento de blocos como o IBAS e o BRICS favoreceram uma aproximação entre eles. Ambos os agrupamentos buscam balancear os interesses de países desenvolvidos e produzir uma certa convergência de posições em fóruns multilaterais. (LESSA, 2010; SILVA, 2015; VAZ, 1999; ONUKI e OLIVEIRA, 2013).

Como dito previamente, esses 4 Estados recebem maior preocupação por parte da diplomacia brasileira à medida que se aprofunda o projeto de Brasil potência intermediária. Apesar de esse plano ter capacidade de repelir os países vizinhos, sobretudo a Argentina, ele

⁵ <https://www.estadao.com.br/internacional/parceria-estrategica/> (acessado em 07/05/2023).

⁶ China-Brazil Earth-Resources Satellite.

vem servindo como algo fundamental nas parcerias estratégicas com potências médias extra-hemisféricas. Pode ser citado, por exemplo, o tema da reforma do CSNU e, por conseguinte, o pleito brasileiro por um assento permanente nesse órgão (ONUKE e OLIVEIRA, 2013; PECEQUILO, 2013; LESSA, 2010).

Enquanto que Sergey Lavrov, Ministro das Relações Exteriores da Rússia⁷, em 2022, afirmou que o país é favorável ao pleito brasileiro por um assento permanente, a China, apesar de não claramente apoiá-lo, tende a votar junto com o Brasil dentro do CSNU. A Índia, junto com o Brasil, faz parte do G-4, cuja pauta central é a reforma desse órgão. Por fim, como forma de respaldar o caráter semelhante entre essas parcerias, vale ressaltar que os Estados Unidos, também membro permanente do Conselho de Segurança e parceiro histórico do Brasil, nunca chegou a apoiá-lo formalmente nessa demanda (ONUKE e OLIVEIRA, 2013; PECEQUILO, 2013; LESSA, 2010).

Realizada a discussão sobre o uso do conceito de “parcerias estratégicas” pelo discurso diplomático global, no geral, e brasileiro, em específico, faz-se necessário recorrer à teoria. O capítulo seguinte não tem como objetivo um debate profundo sobre as origens, características e vertentes do construtivismo. Intenta-se, na verdade, explorar como tal perspectiva enxerga a relação entre o mundo material, da ação prática, e o subjetivo, das ideias, conceitos e discursos.

⁷ [Russia's Foreign Minister Sergei Lavrov backs India's permanent membership at UNSC again \(firstpost.com\); https://www.telesurenglish.net/news/Russia-Supports-Brazils-Entry-To-UN-Security-Council-20220216-0003.html](https://www.telesurenglish.net/news/Russia-Supports-Brazils-Entry-To-UN-Security-Council-20220216-0003.html) Acessado em: 27/12/2022.

5 CONSTRUTIVISMO: O DISCURSO NO MUNDO EMPÍRICO

Apesar de o presente TCC apresentar uma discussão mais relacionada com as discussões sobre análise de política externa, acredita-se importante apresentar os argumentos construtivistas em defesa da relação entre discurso e prática na política externa. Diferentemente de correntes mais materialistas, como o Realismo e o Liberalismo, para o Construtivismo o mundo social não é algo externo, objetivo ou natural, mas sim parte intrínseca à consciência humana (WENDT, 1992,1999; ADLER, 1999; BÈLAND e COX, 2011).

A perspectiva construtivista não ignora a materialidade. Fatores objetivos, como força militar, território e população permanecem como meios de medir a potência de um Estado, mas são as ideias, a compreensão e o significado que fornecem parte ou a totalidade da importância atribuída a eles. Por exemplo, Wendt (1995) argumenta que, para os Estados Unidos, as armas nucleares do Reino Unido seriam menos perigosas do que as da Coreia do Norte, pois aquele seria considerado amigo e este, não. Com isso, essa teoria defende expandir a noção de poder e, assim, retirar de aspectos materiais o monopólio da discussão sobre o que pode explicar a ação de um Estado (ADLER, 1999; HOUGHTON, 2007; HOPF, 1998; TANNENWALD, 2005, JACKSON e SORENSEN, 2013; BLANCO, 2016).

Desse modo, elementos como os discursos proferidos por atores relevantes permitem compreender os caminhos seguidos por um Estado em sua atividade internacional. Conforme defende Adler (1999), o mundo da intersubjetividade somente existe devido à comunicação. É o discurso que servirá como meio de um Estado expor seus interesses e ideias e, com isso, não só permitir a construção de sua identidade – a sua percepção de si mesmo e a dos outros sobre ele –, mas também esclarecer qual a sua visão de mundo. Por possuir capacidade de moldar a realidade, o discurso torna-se um ato político. Para alguns, como Onuf (2001), este não seria apenas um, mas o ato político (ADLER, 1999; ONUF, 2001; JENNE, SCHENONI e URDINEZ, 2017; MILLIKEN, 1999; ROCHA, 2017).

Ao defender que o discurso importa, argumenta-se também que a análise de discurso é uma metodologia necessária para a construção de um conhecimento mais abrangente da política externa de um país. O construtivismo permite que os discursos e seus conceitos não sejam descartados nem analisados de forma ingênua, sem a expectativa de uma relação com a atividade prática.

Acredita-se, não obstante os argumentos já apresentados, que a relação existente entre discurso e ação não é algo garantido. Como bem apresenta Rocha (2017, p. 23), “o que se diz pode ou não ser diferente do que se faz”, visto que “as condições que determinam as ações não são, necessariamente, compatíveis com os fatores e as condições que determinam o conteúdo das palavras”.

O conceito desenvolvido por Hill (1993), “*capabilities-expectations gap*” (lacuna entre capacidades e expectativas)⁸, ilustra essa possibilidade. Se a eficiência de uma organização como a União Europeia (exemplo utilizado por Hill) pode ser superestimada por meio da retórica diplomática, uma relação bilateral pode ser muito valorizada no discurso, porém, na prática, receber pouca atenção.

Jenne, Schenoni e Urdinez (2017), baseados no trabalho de Hill (1993), trabalham a relação entre discurso e ação no regionalismo da América Latina. Os autores percebem que, apesar de os Estados da região abordarem esse tema enfaticamente em seus discursos, atos em prol da consolidação desse processo parecem ser relativamente escassos. Embora não afirmem as causas desse fenômeno, eles apresentam que os Estados possuem tendência a abordar temas de forma discursiva, ainda que evitem-no na prática (JENNE, SCHENONI e URDINEZ, 2017).

Isso posto, o pressuposto que fundamenta o presente TCC é o de que o discurso, ao expor os interesses de um Estado, gera expectativas quanto a suas ações. Porém, isso e a concessão de títulos, como o de parceria estratégica, não são suficientes para indicar maior atenção a uma relação bilateral. Como debatido anteriormente, faz-se necessário mensurar a

⁸ Tradução livre do autor do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

convergência propriamente dita entre o ato discursivo e a prática diplomática de determinado país.

Para uma definição mais clara da atenção dedicada a uma determinada relação bilateral é necessário observar se há covariação entre discurso e prática. Esse torna-se o objetivo do presente TCC. Suas hipóteses são fundamentadas na ideia de que uma relação mais importante está definida em atenção não só discursiva mas também empírica. Portanto, acredita-se que 1) mais menções a um Estado estão relacionadas com uma maior frequência de visitas presidenciais bilaterais e que 2) mais menções a um Estado fomentam maior número de acordos bilaterais com o Brasil.

Após discutir as bases teóricas desta monografia, segue-se para a apresentação de seus procedimentos metodológicos. Os objetivos do próximo capítulo são: i) descrever o corpus; ii) desenvolver a discussão sobre a coleta e tratamento dos dados, e iii) expor, de forma mais aprofundada, a pergunta de pesquisa e hipóteses deste trabalho.

6 METODOLOGIA

Assume-se que existe uma relação entre o mundo discursivo e o empírico, todavia, não existem evidências claras sobre como essas duas dimensões interagem entre si. Tendo isso em vista, será que é possível afirmar que a atenção discursiva da diplomacia brasileira a um Estado reflete-se em uma priorização a este mesmo país na prática? Ou seja, porque o Brasil fala sobre outro Estado em suas declarações é algum fator indicativo de que ele busca uma relação mais ativa com este país? É isto que o presente TCC busca explorar. Assume-se como objetivo, para isso, a descrição dessa interação discurso-ação como forma de estabelecer melhor quais podem ser as relações bilaterais de grande relevância para a diplomacia brasileira.

A análise se baseia em três indicadores: i) quantas vezes foi mencionado em discurso feito pelo presidente ou Ministro das Relações Exteriores brasileiros, ii) o número de viagens presidenciais feitas a esse Estado e iii) a quantidade de acordos bilaterais celebrados com o Brasil. A primeira delas relaciona-se com a dimensão discursiva da PEB, e as duas últimas, com a dimensão da ação diplomática, como mostra o Quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Dimensões e indicadores

Dimensão discursiva	Dimensão prática
Número de menções a um Estado	Número de viagens
	Número de acordos bilaterais

Fonte: Elaboração própria (2023).

A primeira variável, as menções realizadas pelo presidente ou Ministro das Relações Exteriores do Brasil a outros Estados, foi construída com base nos dados coletados por Rocha (2021). O corpus original é composto por 1.784 discursos correspondentes aos anos de 1995 a 2019. Tais arquivos foram retirados das Resenhas de Política Exterior do Brasil, um conjunto de documentação dos principais atores da PEB, que são publicadas semestralmente pelo

Departamento de Comunicações e Documentação do Itamaraty⁹. Dentro desses discursos, foram utilizadas pelo presente trabalho, 25.825 menções.

Esses dados possuem certas vantagens que somam-se para justificar a opção por eles. Visto que é o próprio MRE quem seleciona essa documentação, Rocha (2021) analisa os discursos da PEB com base na própria percepção do Itamaraty sobre o que compõe essa política. Além disso, explora esses dados de modo a abrir margem para explorações diversas, como esta do presente TCC. Outro fator levado em conta na decisão por essa base de dados é a de cumulatividade de conhecimento na Academia. Com o presente trabalho, busca-se agregar novas informações à agenda de pesquisa trabalhada por Rocha (2021), aprofundando a análise por meio da inclusão de novas variáveis.

Tecnicamente, a contagem das menções utilizadas aqui foi extraída por Rocha (2021) mediante análise de conteúdo dos discursos baseada em dicionário. Para isso, o autor da tese utilizou – e atualizou – o dicionário organizado por Filho (2020)¹⁰. As únicas modificações realizadas nessa monografia foram a supressão de 35 territórios sem soberania e que não possuíam dados para nenhuma das variáveis estudadas. A fim de exemplificar, alguns desses casos são: Anguila, Ilha Bouvet e Ilha do Homem¹¹.

Ainda assim, essa base possui suas fraquezas. Uma delas é que para o período do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), não constam discursos do chefe de Estado, apenas de seu chanceler. Esse e outros valores ausentes (*Missing Data*) que ocorrem na base serviram para que fossem utilizados não só os discursos dos presidentes, mas, também, os de seus chanceleres na análise.

⁹<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/resenhas-de-politica-externa-do-brasil> (acessado em: 13/02/2023)

¹⁰ Para mais informações sobre o tratamento dos dados realizado por Felipe Rocha, visitar a sua Tese de doutorado: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40077> (acessado em: 13/02/2023)

¹¹ Para a lista completa de territórios excluídos, vide Anexo A

Quanto à segunda variável, as viagens presidenciais, o banco utilizado foi o *Rising Powers Diplomatic Network* (RPDN)¹², desenvolvido por Mesquita (2019)¹³ e colaboradores. Esse banco de dados possui informações sobre as viagens do presidente brasileiro, realizadas entre os anos de 1995 a 2019, que, segundo o autor, foram coletadas por meio da Biblioteca da Presidência da República¹⁴, da mídia e do site da fundação de um dos ex-presidentes, o Instituto Fernando Henrique Cardoso¹⁵.

Por meio desse banco, apreende-se informação sobre as viagens presidenciais com fins bilaterais e multilaterais. Não foram adicionados dados sobre a recepção de representantes internacionais ou sobre a realização de fóruns multilaterais no Brasil, haja vista a inconsistência nos registros. Isso, todavia, não afeta o presente TCC. Foi, na verdade, necessária a realização de uma filtragem, onde as viagens sem fins estritamente bilaterais foram suprimidas da análise, totalizando 297 ocorrências.

Foram realizadas algumas poucas mudanças em relação às informações presentes no RPDN. A sigla (ISO) empregada para alguns países foi padronizada de acordo com o dicionário de Filho (2020), atualizado por Rocha (2021). Exemplos que sofreram essa mudança foram Arábia Saudita, “SAL” no RPDN, tornou-se “SAU”, e Timor Leste que, no RPDN era identificado por “TLS”, passou a ser “TMP”. A nomenclatura dos países também foi traduzida para o português.

A última das três variáveis refere-se aos acordos bilaterais realizados pelo Brasil. Aqui foi necessária uma coleta original por parte do autor deste TCC. O levantamento desses documentos ocorreu por meio do repositório oficial do Ministério das Relações Exteriores, o Concórdia¹⁶. Na opção de pesquisa avançada deste site, restringiu-se os resultados da busca em

¹² Rede Diplomática de Potências Intermediárias (tradução própria)

¹³ <https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ> (acessado em: 13/02/2023).

¹⁴ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes> (acessado em: 13/02/2023).

¹⁵ Site do instituto: <http://acervo.ifhc.org.br/>; Documento utilizado: http://acervo.ifhc.org.br:8081/doctos_apoio/8/viagens_1995_2002_alfa.pdf (acessados em: 13/02/2023).

¹⁶ [Concórdia \(itamaraty.gov.br\)](http://Concórdia.itamaraty.gov.br) (acessado em: 13/02/2023).

documentos bilaterais e com data de celebração entre os anos de 01/01/1995 e 31/12/2020¹⁷. Por meio desse procedimento, foram levantados 3.443 documentos.

É importante enfatizar que se sabe que os acordos não serão, necessariamente, iniciados por interesse brasileiro. Mas é por compreender que a negociação, e, por conseguinte, a celebração desse tipo de documento tende a ser mais célere quando os dois Estados veem-no como importante, que se assume que o número de acordos necessita de algum montante de atenção brasileira em relação a outro Estado.

Optou-se por rejeitar dois países, já que não possuem dados sobre menções nem sobre viagens. Estes foram: Iugoslávia e Sudão do Sul. Acredita-se que isso ocorra pois ambos não são entidades existentes e/ou soberanas na totalidade do corte temporal explorado (1995 a 2019)¹⁸.

Após agregar todos esses dados, formou-se uma base original com 5.301 observações para 211 territórios, sendo elas divididas em *Ano*, *País*, *Iso*, *n_mencoes*, *n_viagens* e *n_acordos*¹⁹. A primeira variável, *Ano*, varia entre os 25 anos escolhidos como o corte temporal dessa monografia – de 1995 a 2019 – e é direcionada ao ano ao qual os dados se referem. A segunda, *País*, apresenta o país observado. As três últimas, *n_mencoes*, *n_viagens*, *n_acordos*, são, respectivamente, a quantidade de vezes em que o país foi mencionado nos discursos do presidente e do chanceler, as vezes em que o presidente brasileiro viajou para o determinado país e o número de acordos bilaterais que o Brasil celebrou com esse Estado. O quadro 3 apresenta as principais características das variáveis que compõem o banco de dados desta monografia.

¹⁷ Ao colocar o ano de 2020, são apresentados os documentos celebrados até o ano de 2019. Na primeira tentativa, em que se utilizou a data de 31/12/2019, os acordos deste ano não foram apresentados. Para mais informações, ver Anexo B.

¹⁸ A Iugoslávia tem seu território dividido em 1991 entre Croácia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia e Kosovo. O Sudão do Sul torna-se um país independente só em 2011.

¹⁹ A fim de possibilitar a replicabilidade das análises desta monografia, os dados dessa tabela estão disponibilizados em: https://osf.io/j5veq/?view_only=104afef75c4641c6a664da8aa2866d1d

Quadro 3: Variáveis

Nome	Descrição	Tipo	Valores
Ano	Ano do calendário. Data ao qual os dados se referem	Data	Entre 1995 a 2019
País	Nome do país ou território observado	Categórica	211 países e territórios analisados
Iso	Sigla referente ao país ou território observado	Categórica	211 siglas de no máximo 3 letras, referentes aos países ou territórios analisados
<u>n_mencoes</u>	Contagem de menções feitas ao país/território observado nos discursos do corpus no ano	Discreta	NA; 1 – 2.069
<u>n_viagens</u>	Número de viagens presidenciais com destino ao país/território observado no ano	Discreta	NA; 1-3
<u>n_acordos</u>	Número de acordos bilaterais celebrados entre o Brasil e o país/território observado no ano	Discreta	NA; 1 - 30
Total de observações		5.275	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Antes de apresentar a nossa hipótese, vale acrescentar que essas variáveis não são as únicas possíveis para explorar de forma empírica a relação entre o discurso e a ação. Todavia, acredita-se que as variáveis escolhidas refletem bem o que se quer compreender – as preferências brasileiras na dimensão empírica e retórica.

Fundamentando-se na lógica quantitativa de análise, o conceito de saliência, geralmente utilizado para explorar a atenção de atores a determinadas agendas temáticas (ROCHA, 2021), é aqui referenciado como base para acreditar que a frequência de menções a certos países expõe, consequentemente, a relevância destes para o indivíduo ou Estado que discursa.

As viagens presidenciais também possuem função similar. É prática recorrente entre os Estados, incluindo potências emergentes como o Brasil, a assunção de que o presidente do país, assim como seu corpo diplomático, atua como representante internacional de sua nação (MESQUITA, 2019; ROJAS e MILET, 1999). Para Goldstein (2008), visitas estatais indicam

não só quão ativo internacionalmente um governo planeja ser, mas também quais parceiros ele mais valoriza (MESQUITA, 2019).

A última das variáveis utilizadas, número de acordos bilaterais, também é vista pela literatura como um indicativo de preferência estatal. Como afirmam Mesquita, Medeiros e Amelotti (2019), a quantidade de documentos bilaterais assinados é um dos fatores que permitem determinar quais são os parceiros mais importantes para um país, visto que também servem para direcionar a política externa.

Tendo em mente esses dados e a forma como eles se comportam, admite-se como hipóteses: 1) que quanto maior for o número de menções discursivas a um país, maior será o número de acordos bilaterais celebrados com ele e 2) quanto mais menções discursivas a um país, mais frequentes serão as visitas do presidente brasileiro. Essas hipóteses serão testadas por meio da análise de correlação de Pearson. Para isso, utiliza-se de dois gráficos de dispersão (*scatter plot*), gerados com auxílio do software Tableau, e um correlograma, formulado no software R.

Realizado o debate sobre a construção do banco de dados utilizado e a metodologia de tratamento escolhida para sua análise, o próximo capítulo apresenta e discute os resultados deste TCC.

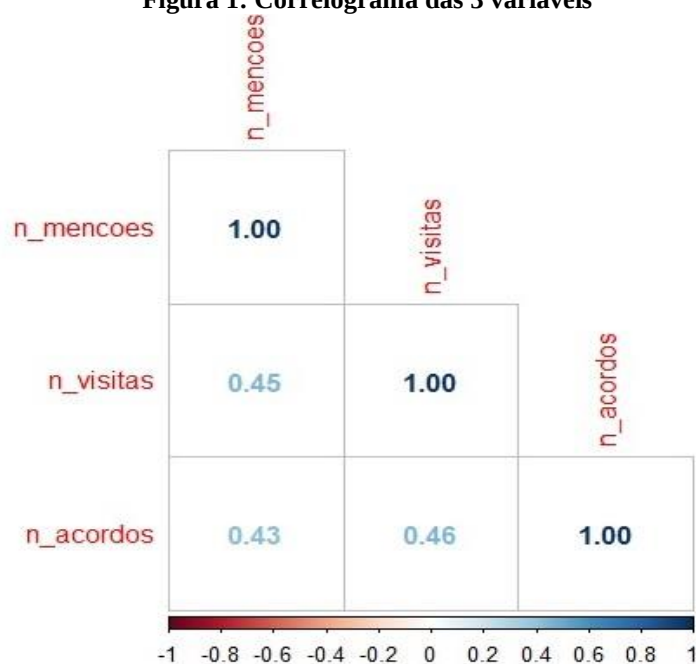
7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo como objetivo expor os resultados e, com isso, chegar à resposta das duas hipóteses, esse capítulo está subdividido em quatro partes. Na primeira, será analisada a correlação entre as variáveis analisadas. Na segunda, o debate direciona-se ao comportamento das menções e visitas, além da relação que ocorre entre elas. Na terceira, observa-se o comportamento do número de acordos bilaterais e como esse indicador reage com o número de menções. Na terceira e última parte, serão comentadas as hipóteses e sua aceitação, ou não, de acordo com os resultados encontrados.

7.1 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Antes de abordar os resultados encontrados para cada variável, faz-se necessário aos objetivos desse TCC confirmar a existência de uma relação entre as dimensões discursiva e prática. Portanto, a Figura 1 tem a função de apresentar o grau e a direção da correlação entre as três variáveis utilizadas aqui.

Figura 1: Correlograma das 3 variáveis



Fonte: Elaboração própria (2023).

A tabela 1 demonstra que existe uma correlação positiva entre as 3 variáveis utilizadas por essa monografia. Pelos parâmetros de Cohen (1998) e de Dancey e Reidy (2006), a magnitude dessa relação pode ser considerada como moderadamente significativa. Entre o número de menções e o de visitas, há uma correlação com r igual a 0,45, enquanto que entre a mesma variável de discurso e o número de acordos, ele é de 0,43. Com base nesses achados, pode-se afirmar preliminarmente que existe uma tendência a que a atenção discursiva esteja atrelada à atenção prática. Resta saber como isso ocorre no que tange às relações bilaterais brasileiras.

É interessante que esse comportamento não só aponta para o efeito que existe entre a dimensão discursiva e prática, mas também para uma influência entre as duas variáveis de ação diplomática. Como se pode ver, a correlação entre o número de viagens e de acordos é de 0,46. Essa relação, porém, não é explorada mais a fundo nesta monografia.

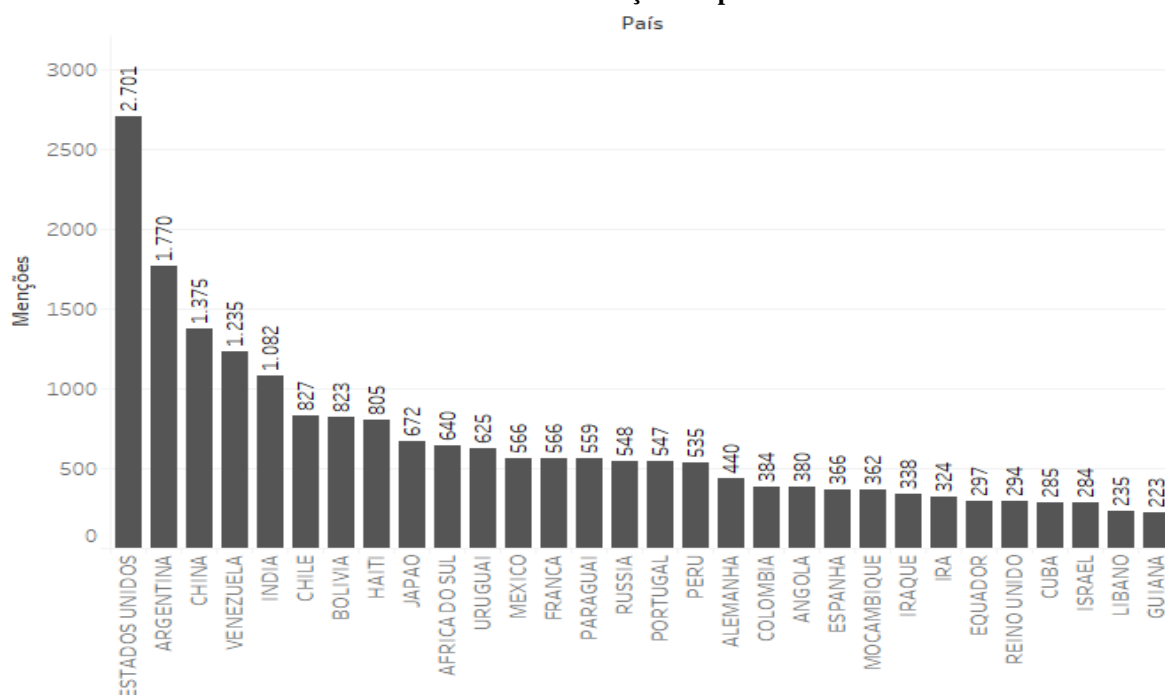
Tendo o conhecimento dessa dinâmica, o debate segue para a apresentação dos resultados para cada variável. O próximo tópico dessa seção tem como objetivo apresentar como se comportam o número de menções e o de visitas.

7.2 DISCURSOS E VISITAS

O gráfico 1 tem como objetivo mensurar o que chamamos aqui de atenção discursiva. Ele informa quais foram os países mais mencionados nos discursos realizados entre 1995 e 2019.

É interessante ressaltar que, por não observar as variações ao longo do tempo, essas descobertas focam apenas no conjunto geral. Isso posto, não se pode compreender quais governos nem quais eventos proporcionaram maior grau de atenção a determinado país.

Gráfico 1: Menções ao país



O tamanho mostra a soma de N menções. As marcas são rotuladas por soma de N menções. Detalhes são mostrados para país. A exibição está filtrada em soma de N menções, que vai de 220 a 2.701.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado nos dados coletados.

O gráfico 1 apresenta os 30 países que mais receberam menções nos discursos realizados pelo presidente e o chanceler de acordo com o corpus utilizado neste TCC. Dentre os 5 primeiros, estão presentes os Estados Unidos, alvo de mais de 10% do total de alusões; a Argentina, com 6,85%; a China, com 5,3%; a Venezuela, com 4,7%, e a Índia, com 4,1%. Já no outro lado, estão o Reino Unido, Cuba e Israel, cada um deles com cerca de 1% das menções realizadas, e o Líbano e a Guiana, que não possuem nem 1%. Vale lembrar que esses não são os que menos foram referenciados nos discursos brasileiros, mas sim os que menos receberam alusões dentre os 30 mais mencionados, o que ainda indica grande relevância desses países.

Em uma primeira visão, a disposição neste gráfico, não surpreende muito. Fazem-se presentes padrões da diplomacia brasileira já muito debatidos na literatura e também explorados nesse trabalho: a importância regional e o projeto de inserção internacional.

No conjunto total de países, percebe-se que quase metade deles (14) são do Continente Americano, incluindo os dois primeiros, os Estados Unidos e a Argentina. Além da

proximidade física, a presença dos Estados Unidos pode estar ligada a outros fatores. Um deles é sua posição no sistema internacional, o que proporciona uma certa onipresença nos debates mais importantes e aumenta sua relevância para a PEB.

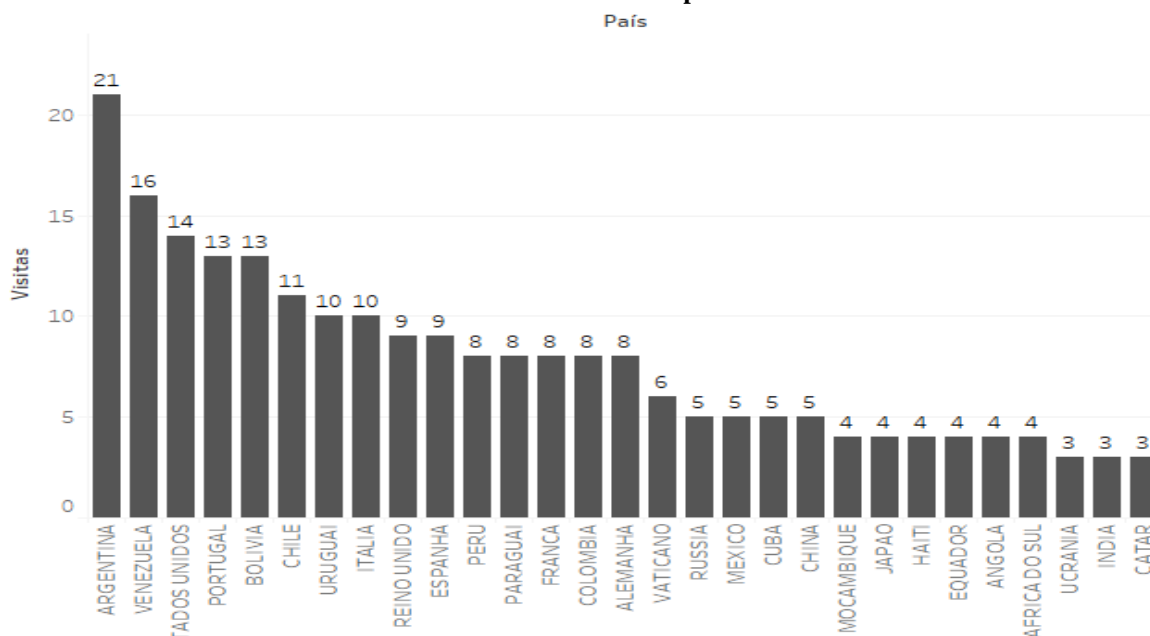
No que tange à América do Sul, vemos que todos os países, com exceção do Suriname e da Guiana Francesa, estão entre os 30 mais mencionados. O interesse brasileiro em sua região é algo reconhecido por diversos autores, e a relação bilateral, sobretudo com a Argentina e a Venezuela, é objeto de grande preocupação por parte da política externa nacional (VILLA, 2013). O organograma do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, por exemplo, possui um departamento específico para essa microrregião e outro para o Mercosul, apesar de existir uma secretaria destinada à América Latina²⁰.

O outro padrão de política externa encontrado neste gráfico está relacionado com o projeto de inserção internacional do Brasil. Estão presentes todos os países que compõem o BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul –, sendo dois deles (China e Índia) parte dos 5 países que mais receberam atenção discursiva.

Com isso, partimos para a observação dos resultados que mensuram a dimensão prática da política externa brasileira. O gráfico 2 está relacionado à primeira variável prática, as viagens.

²⁰ [25-01-organogram-2023-completo-final.pdf \(www.gov.br\)](#) (acessado em:23/03/2023).

Gráfico 2: Visitas ao país



O tamanho mostra a soma de N visitas. As marcas são rotuladas por N visitas. Detalhes são mostrados para país. A exibição está filtrada em soma de N visitas, que vai de 3 a 21.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado nos dados coletados.

O gráfico 2 apresenta os 29 países que mais receberam visitas bilaterais por parte do presidente brasileiro entre os anos de 1995 e 2019. Dentre os 5 mais visitados estão a Argentina, que recebeu cerca de 7% das visitas; a Venezuela, com 5,3%; os Estados Unidos, com 4,7%, e Portugal e a Bolívia, que receberam 4,3%. No lado oposto, representando os países menos visitados do gráfico, temos Angola e África do Sul, com cerca de 1,3% das visitas, e Ucrânia, Índia e Catar, com 1%, cada.

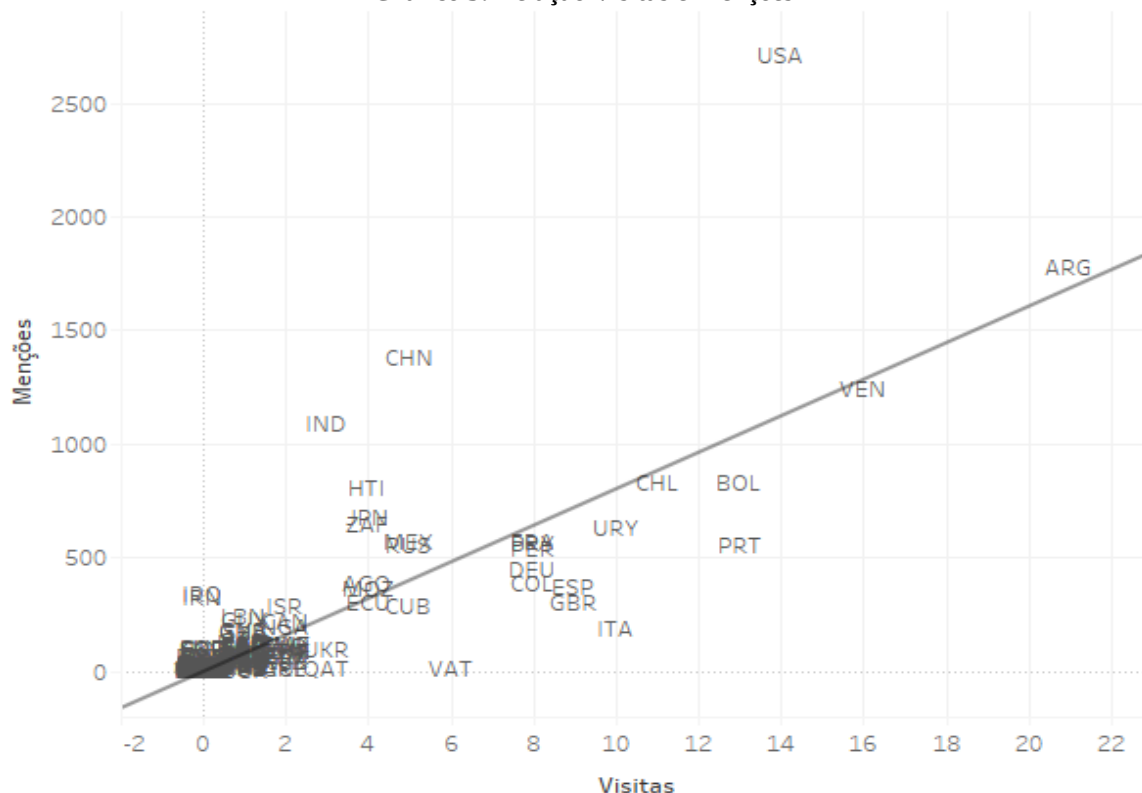
Permanecem presentes os padrões explorados no debate relacionado ao gráfico 1. O aspecto regional é marcado pelo fato de que dos 5 países mais visitados, 3 fazem parte da América do Sul – incluindo os dois mais visitados, a Argentina e a Venezuela. Estes dois países sempre foram alvos de atenção diferenciada em uma região especial para a PEB. Villa (2013) e Saraiva (2013) argumentam que a Argentina, na fronteira sul, e a Venezuela, na fronteira norte, são relações fundamentais para o sucesso do projeto de integração regional. Até aqui, isso aparentemente extrapola o discurso.

Os Estados Unidos descem, mas permanecem no pódio, o que ainda apresenta forte relevância desse país para a diplomacia brasileira. Porém, acredita-se que isso seja uma queda significativa se comparado aos resultados do gráfico 1, onde o Estados Unidos é o mais referido nos discursos – a distância entre ele e a Argentina, o segundo mais mencionado, é de 931 menções. Essa queda pode ser explicada pelo fato de que visitas aos Estados Unidos são escassas para a maioria dos Estados, mas para melhor entender essa situação, é necessária uma comparação com as visitas realizadas por outros países.

Quanto ao projeto brasileiro de potência emergente, os países dos BRICS, que estão mais próximos da ponta esquerda do gráfico 1, aparecem agora como alguns dos menos visitados. Não necessariamente isso indica que a diplomacia brasileira trate-os de forma meramente discursiva. Vale lembrar que esse resultado está, possivelmente, condicionado a dois fatores. O primeiro, é que os blocos que proporcionaram maior aproximação com esses atores surgiram apenas no decorrer da segunda década estudada por essa base de dados²¹. O segundo fator que serviu como obstáculo para a realização de viagens a esses países, mas que pode ter favorecido os países mais próximos, foi a distância. Sabe-se que o deslocamento para a Índia, a China, a África do Sul e a Rússia demandam um maior custo se comparado a viagens para países de dentro da América do Sul.

Após tratar separadamente dessas duas variáveis, o número de menções e visitas, discute-se a relação existente entre elas. Esta é a função do gráfico 3, apresentado abaixo.

²¹ O IBAS teve sua primeira cúpula somente em 2006 e o BRIC, só em 2009 (a inserção da África do Sul, o “S” da sigla, ocorre somente no ano de 2011).

Gráfico 3: Relação Visitas e Menções

Soma de N visitas vs. soma de N menções. As marcas são rotuladas por Iso3²².

$$r = 0,45$$

$$R^2 = 0,64$$

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado nos dados coletados.

O gráfico 3 mostra a totalidade de territórios analisados por esse TCC (211), posicionados de acordo com o resultado encontrado para as duas variáveis debatidas acima. O número de menções compõe o eixo Y e o de visitas realizadas, o eixo X. A linha de tendência, com um r igual a 0,45, aponta para uma relação positiva entre essas duas variáveis. Ou seja, pode-se afirmar que existe uma propensão a que o maior número de referências a um país esteja correlacionado com uma maior frequência de visitas a este.

Observa-se um comportamento relativamente padronizado por parte dos países vizinhos. Em conformidade com a hipótese desse trabalho, países como Argentina, Venezuela, Chile, Peru, Paraguai, Equador, Bolívia e Uruguai, demonstram que quanto maior a atenção discursiva a estes, maior a frequência de visitas presidenciais feitas pelo Brasil. Todos eles

²² Para mais informações, vide anexo C

estão significativamente próximos da linha de tendência, com exceção dos dois últimos países citados, que encontram-se um pouco abaixo dela. Ao que parece, a atenção nas dimensões prática e empírica – no que tange à realização de viagens –, apresentam consistência, quando se fala da PEB para a América do Sul.

Além desses, países extra-regionais, como França, Cuba, Angola e Moçambique, também apresentam esse mesmo padrão. Todos os 4 fazem parte dos 30 países mais mencionados e dos 29 mais visitados. Angola e Moçambique, como vimos anteriormente, são membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O compartilhamento de uma língua em comum com esses dois atores e os investimentos brasileiros nesses Estados parecem servir como vantagem para a intenção do Brasil em fazer-se mais presente no Continente Africano.

Existem, porém, casos importantes em que não há uma consistência entre o discurso e a ação da diplomacia brasileira. O Estados Unidos, por exemplo, revela-se como um possível *outlier*²³. Devido ao número de menções realizadas a esse país, esperava-se um número bem maior de viagens do que as 14 realizadas. Existe, porém, algo que poderia auxiliar na explicação desse resultado, mas, aqui, torna-se uma limitação do trabalho: o teor das menções. Sabe-se que nem sempre o Brasil irá falar sobre um outro país de modo positivo. Portanto, não só a possível reticência estadunidense em receber visitas, mas também uma quantidade de menções negativas sobre este, podem ter sido fatores que permitiram esse resultado. Com isso, não se pode defender que essa relação seja meramente fundamentada em um plano retórico.

Isso posto, torna-se relevante observar os casos que, com resultados significativos, estão acima da linha de tendência. Países como México, Japão, Haiti, Israel, Irã, Iraque e todos os membros do BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul, apresentam um número de visitas abaixo do esperado. Acredita-se que a distância e o momento em que essas relações tornaram-se relevantes são, sim, fatores que condicionam esse comportamento. Porém, em relação ao

²³ A ausência dos Estados Unidos não afeta a relação entre as variáveis, ou seja, o efeito de um maior número de menções continua a ser positivo no que tange à frequência de visitas presidenciais brasileiras. O gráfico está disposto no Anexo D.

Haiti, por exemplo, a crise interna deste ator, junto com a criação da missão de paz pela ONU, a MINUSTAH²⁴, podem ter fomentado maior número de menções do que o normal. O Irã também pode ser citado nesse tipo de situação, pois a movimentação em prol da negociação de um acordo nuclear com esse Estado possivelmente o tornou tema relevante na agenda da PEB. A condição desses países também pode ter servido como fator inibidor para visitas presidenciais brasileiras. Pode ser um exemplo disso o Iraque, que está entre os 30 países mais referenciados, porém não recebeu sequer uma viagem dos presidentes do Brasil²⁵.

Por fim, outra situação a ser observada é a dos países com um número de viagens acima do esperado. Posicionados abaixo da linha de tendência, estão Portugal, Alemanha, Colômbia, Espanha, Reino Unido, Itália e Vaticano. O resultado apresenta uma possível contraposição a argumentos trazidos por Seabra e Malamud (2022) sobre a relação entre Portugal e Brasil. Apesar de haver uma concentração de atenção nos aspectos histórico-culturais em comum, essa relação não parece ser somente pautada na dimensão retórica. Ainda assim, para atestar isso, deve-se observar os resultados para a segunda variável de ação diplomática analisada por esta monografia: a celebração de acordos bilaterais. Quanto aos outros, é relevante ressaltar que estão todos em um mesmo Continente, a Europa – com exceção da Colômbia, que destoa do restante dos países regionais.

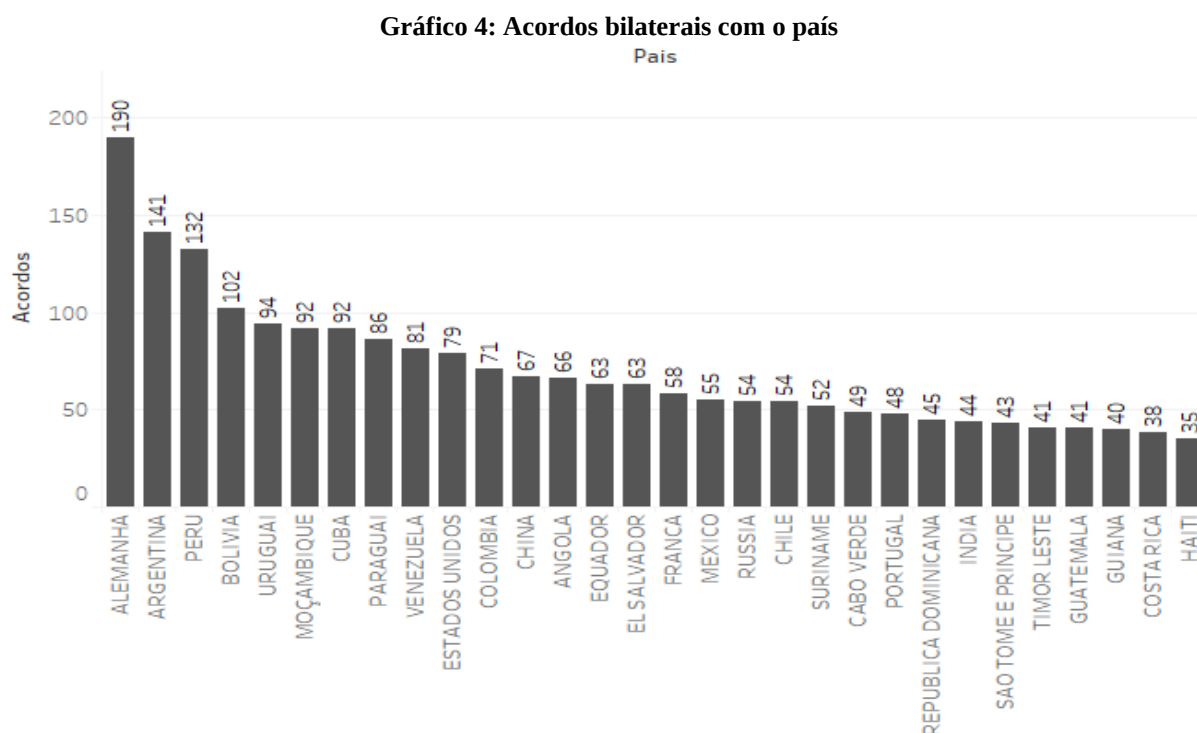
A discussão sobre a atenção prática na PEB, como dito anteriormente, não se resume ao número de visitas a um determinado país. Falta, portanto, comentar a celebração de acordos bilaterais pelo Brasil e a relação disso com o número de menções. Este é o objetivo da próxima seção.

²⁴ Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti.

²⁵ O ano de 2003 marca o início da invasão que fomentou a crise política, econômica e humanitária do país.

7.3 DISCURSOS E ACORDOS

O gráfico 4 apresenta a segunda variável da dimensão prática utilizada por essa monografia. Ele expõe quais foram os Estados com quem o Brasil mais celebrou acordos bilaterais.



O tamanho mostra soma de N acordos. As marcas são rotuladas por soma de N acordos. Detalhes são mostrados para país. A exibição está filtrada em soma de N acordos, que vai de 35 a 190.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado nos dados coletados.

O gráfico 4 demonstra os 30 países com os quais o Brasil celebrou algum tipo de acordo bilateral entre os anos de 1995 a 2019. Entre os 5 primeiros, temos a Alemanha, com 5,5% do total; a Argentina, com 4%; o Peru, com 3,8%; a Bolívia, que possui 2,9%, e o Uruguai, com 2,7%. No lado oposto, estão o Timor Leste, a Guatemala, a Guiana e a Costa Rica, com cerca de 1,1%, e o Haiti, que possui 1%.

Esse resultado mantém os padrões de política externa abordados na discussão sobre os gráficos 1, 2 e 3: os fortes laços regionais, a relevância dos Estados Unidos e a busca por aproximação com outras potências intermediárias. Porém, além desses, existe uma dinâmica que até agora não havia sido percebida: a presença dos países lusófonos. Juntamente a essas

idiossincrasias já esperadas, observa-se a aparição da Alemanha, um país europeu, como o ator com quem a diplomacia nacional mais celebrou acordos bilaterais.

No que tange aos 9 países sul-americanos que compõem os 30 membros do gráfico 4, vê-se que 4 deles estão entre os 5 com mais acordos: Argentina, Peru, Bolívia e Uruguai. Portanto, pode-se dizer que a atenção brasileira quanto à América do Sul extrapola o discurso, pois existe forte presença destes Estados em ambas as dimensões – retórica e prática – da política externa. Mediante análise dos títulos desses documentos, observa-se que existem temas com significativa frequência. Há certa predominância de negociações em torno da integração social e física, por meio de facilitação do trânsito transfronteiriço de seus nacionais. Além disso, a conservação da região amazônica e a cooperação técnico-social – relacionada à saúde, economia e educação – estão presentes em documentos com, basicamente, todos os países vizinhos do Brasil.

Os Estados Unidos apresentam uma queda ainda maior nesse indicador do que no anterior, as viagens. Enquanto que, nos resultados daquela variável, o país encontrava-se entre os 3 primeiros, aqui, ele cai para o décimo lugar. Próximo àquela discussão, possivelmente, um dos fatores para esse resultado é que, devido a sua posição no cenário internacional e as suas idiossincrasias em matéria de política externa, os Estados Unidos não celebrem acordos bilaterais com qualquer um a qualquer momento. Pelos títulos dos documentos coletados, observa-se certa preocupação em garantir a criação de mecanismos que favoreçam o compartilhamento de informações e a cooperação interestatal.

As potências médias extra-regionais que constituem parte importante do projeto brasileiro de inserção internacional, estão presentes aqui de modo menos relevante. A China, assim como os Estados Unidos, sofre queda e vai para o décimo segundo lugar. As outras, Rússia e Índia, estão em décimo oitavo e vigésimo quarto lugar, respectivamente. Outro exemplo para essa perda de relevância na dimensão empírica é o fato de que a África do Sul sequer está entre os 30 países com maior número de celebração de acordos bilaterais com o

Brasil. Além de pautas voltadas para o comércio e o turismo bilateral, os temas presentes nos títulos dos documentos apontam para uma atenção maior à cooperação técnica, cultural e desportiva.

Como dito acima, existem duas dinâmicas interessantes e, de certo modo, inéditas, nos resultados do gráfico 4: a presença de 6 dos 9 países membros da CPLP²⁶, e a Alemanha como o país com maior número de acordos celebrados. No que tange à primeira, faz-se menção a Portugal, Angola e Moçambique, que já haviam aparecido nos gráficos 1 e 2, e a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Não se pode garantir, porém, que esse resultado se deva a uma língua em comum, embora a redução de custos burocráticos por conta disso possa ter influenciado positivamente. Isso se dá, pois, os títulos presentes nesses documentos tratam do aspecto cultural, sim, mas não se resumem a isso. Principalmente naqueles celebrados entre o Brasil e países do Continente Africano, observa-se a negociação de projetos relacionados à educação, à modernização da administração pública, à infraestrutura e ao investimento.

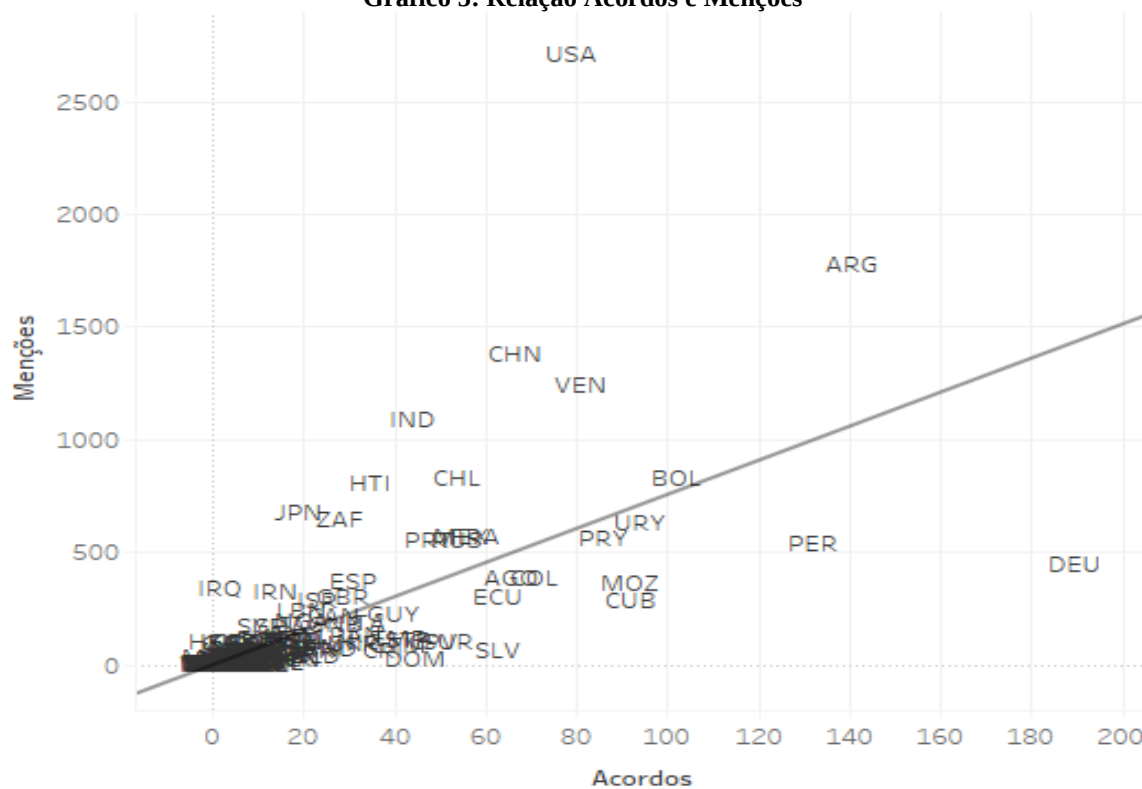
Quanto à segunda, a relação com a Alemanha também é histórica e foi fortalecida em períodos de crise na relação bilateral entre Brasil e os Estados Unidos (Lessa, 2010). Além de ser uma de suas parcerias estratégicas, esse país também se posiciona como importante na área econômica²⁷. Ainda assim, surpreende o fato de ele aparecer somente aqui como um ator tão relevante. A fim de comparação, no gráfico 1, sobre menções, a Alemanha está em décimo oitavo lugar, e no gráfico 2, que fala sobre as visitas, está em décimo quinto. No que tange aos títulos dos acordos celebrados, além de pautas sociais, há uma clara predominância de temas ambientais, não só sobre o manejo de recursos naturais, como também sobre a preservação da Amazônia.

Com isso exposto, cabe agora direcionar o debate para a relação existente entre o número de menções e essa variável prática. Esta dinâmica será observada no gráfico 5.

²⁶ Faltando apenas Guiné Equatorial e Guiné Bissau. Fonte: <https://www.cplp.org/id-2597.aspx> (acessado em 16/03/2023).

²⁷ Está entre os 10 principais fluxos da exportação e importação brasileiras. [The Atlas of Economic Complexity \(harvard.edu\)](https://atlas.harvard.edu) (acessado em: 16/03/2023).

Gráfico 5: Relação Acordos e Menções



Soma de N acordos vs. soma de N menções. As marcas são rotuladas por Iso3²⁸.

$$r = 0,43$$

$$R^2 = 0,45$$

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado nos dados coletados.

O gráfico 5 mostra todos os territórios observados nessa monografia (211), posicionados de acordo com o resultado encontrado para o número de menções, no eixo Y, e o número de acordos, no eixo X. A linha de tendência, com um r igual a 0,43, aponta para uma relação positiva entre essas duas variáveis. Permite-se acreditar, portanto, que a maior quantidade de menções a um Estado se reflete em maior quantidade de acordos com ele.

Aqui, os Estados Unidos também funcionam como possível *outlier*. Esse ator possui um número de acordos bilaterais muito menor do que o modelo espera, posicionando-se bem acima da linha de tendência do gráfico. Acredita-se que uma explicação para essa situação está relacionada ao teor das menções. Como já discutido, é uma limitação deste trabalho não explorar se essas referências são positivas ou negativas. Apesar disso, é válido ressaltar que a

²⁸ Para mais informações, vide anexo C

exclusão desse país na análise não afeta negativamente a relação encontrada entre as duas variáveis²⁹.

Esses resultados permitem reexplorar padrões de comportamento já muito comentados nesta monografia: a importância da região, o projeto de inserção global brasileiro por meio dos BRICS e o interesse brasileiro em países lusófonos e no Continente Africano.

A partir do que foi encontrado, pode-se perceber que os países vizinhos não demonstram um comportamento tão similar àquele visto no número de visitas. Bolívia, Paraguai e Uruguai trazem uma quantidade de acordos celebrados esperada para eles; Colômbia, Equador e Peru possuem mais do que o modelo propõe, e Argentina, Chile e Venezuela, menos. Logo, no que tange à realização de acordos, a região não é tão padronizada como quando se fala das visitas, a minoria deles encontra-se próxima à linha de tendência. Apesar disso, eles ainda tendem a apresentar uma relação positiva entre as duas variáveis: quanto mais menções, mais negociação bilateral.

Os países do BRICS encontram-se de forma harmônica em relação a esses resultados. China, Rússia, Índia e África do Sul estão acima da linha de tendência. Visto que isso também ocorre no gráfico 3, que expõe a relação entre menções e visitas, existe uma tendência a tratar de potências extra-hemisféricas de modo majoritariamente retórico, com poucas realizações práticas.

No que tange ao terceiro desses comportamentos da PEB encontrados aqui, vê-se que os países da CPLP são tratados de forma distinta aos dos BRICS. Ainda que Portugal esteja acima da linha de tendência, sendo o único, todos os outros encontram-se abaixo dela. Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, têm valores significativos de acordos celebrados, porém não são frequentemente referenciados nos discursos diplomáticos do presidente e chanceler brasileiros.

²⁹O gráfico 5 sem a presença dos Estados Unidos está disposto no Anexo D.

Além desses comportamentos tradicionais, existem outros casos relevantes a ser observados. Por exemplo, a presença de Japão, França, México, Haiti, Irã, Iraque e Israel acima da linha de tendência. Os mesmos que também estavam nessa situação em relação ao número de visitas. Segundo esses resultados, são países dos quais o Brasil tende a falar, mas que não são fortes alvos de sua ação diplomática. Além desses, o Reino Unido, que estava embaixo da linha no gráfico 3, muda de posição e apresenta menos acordos do que o previsto para o número de menções feitas a ele.

Por fim, além dos casos já debatidos aqui, e de outros menos relevantes, aparecem abaixo da linha de tendência: Alemanha, Cuba, El Salvador, Suriname, Guatemala e República Dominicana. Quanto ao primeiro desses, é interessante relembrar que a Alemanha também está com um menor número de menções em relação às visitas recebidas. O que ocorre aqui é um agravamento dessa discrepância entre a dimensão retórica e prática. Pode-se pensar, com esses dois resultados, que o Brasil tende a ter uma relação mais empírica do que discursiva quando se trata desse Estado.

Realizada a discussão sobre os achados para cada uma das variáveis e para a relação existente entre elas, essa monografia direciona-se para a próxima subdivisão da presente seção. Nesta parte, as hipóteses do trabalho são retomadas à luz do que se encontrou com as análises para determinar se elas podem ser acolhidas ou não.

7.4 VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES

A fim de recapitulação, este TCC trabalha com duas hipóteses voltadas para uma relação positiva entre a variável retórica e as duas variáveis práticas. A primeira é que quanto maior for o número de menções discursivas a um país, maior será o número de acordos bilaterais celebrados com ele; e a segunda, que quanto maior for o número de menções discursivas a um país, mais frequentes são as visitas do presidente brasileiro.

A relação positiva e moderadamente significativa entre as dimensões do discurso e da ação na PEB, pode ser confirmadas por meio da tabela 1, que expõe a correlação entre as variáveis utilizadas. Esse resultado é melhor observado na linha de tendência dos gráficos 3 e 5, que apresentam, respectivamente, a relação entre o número de menções e a quantidade de visitas e acordos. Mesmo na ausência dos Estados Unidos como um possível *outlier* extracitado, ela não perde a direção da inclinação.

Os gráficos 1, 2 e 4 demonstram que apesar de algumas variações quanto à posição em que se encontram, os Estados presentes no primeiro gráfico tendem a se repetir nos outros dois. Dentre os 30 mais mencionados, 21 estão presentes nos gráficos 2 e 4. Apenas 9 não se repetem. São eles: Guiana, no gráfico 2, Espanha, Reino Unido, África do Sul, Japão e Irã, no gráfico 4, e Israel, Iraque e Líbano, em ambos os gráficos. Ou seja, 70% dos Estados mais mencionados pelos discursos brasileiros, são, igualmente, os mais visitados e os parceiros com mais acordos junto ao Brasil.

Juntamente a isso, existem países que não são muito mencionados, mas que são alvos de uma diplomacia mais prática pelo Brasil. Dentre eles, no gráfico 2 estão Catar, Itália, Ucrânia e Vaticano. No gráfico 4, apresentam-se El Salvador, Suriname, Cabo Verde, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Guatemala e Costa Rica.

Confirma-se, pois, que existe uma relação entre a Política Externa Brasileira na dimensão do discurso e na dimensão da ação. Com esses achados, pode-se acolher ambas as hipóteses trabalhadas por essa monografia. Ou seja, o maior número de referências a um país tende a estar relacionado tanto com mais visitas, quanto com mais celebração de acordos bilaterais. Logo, a atenção no discurso tende a refletir-se em atenção na prática. É válido, porém, ressaltar que esse trabalho, por seu caráter exploratório, não conta com um teste estatístico como forma de rejeitar a hipótese nula. Faz-se, portanto, uma validação por impressão geral.

Indo além, é interessante retomar os 7 países apresentados no quadro 1 como parcerias estratégicas consolidadas pela Política Externa Brasileira: Estados Unidos, Argentina, Portugal, China, Rússia, Índia e África do Sul. Sabe-se que todos esses, com exceção da África do Sul, estão presentes em todos os gráficos. Pode-se dizer que são parte dos países-alvo da maior parte da atenção da PEB, tanto no aspecto discursivo quanto no prático. Alguns deles conseguem ir além disso e demonstrar ainda mais relevância. Por exemplo, os Estados Unidos, que é o país mais citado e o terceiro com o maior número de visitas, e a Argentina, o segundo país mais citado e com mais acordos e, também, o país mais visitado pelo presidente brasileiro.

É interessante, porém, que alguns deles, embora parceiros estratégicos, estejam posicionados nas variáveis práticas entre os últimos dentre os 30. Exemplos disso são Portugal, quanto aos acordos, e Índia nos acordos e visitas. A África do Sul não só está em 26º lugar no gráfico sobre os mais visitados, mas também deixa de estar presente no gráfico 4, sobre acordos. Ainda assim, esse aspecto demonstra relevância desses atores, servindo de mais um fator para constatar a relação entre o discurso e a prática na Política Externa Brasileira. O Quadro 4 mostra a posição desses países para cada uma das variáveis observadas.

Quadro 4: Posição das parcerias estratégicas consolidadas

País	Menções	Visitas	Acordos
África do Sul	10º	26º	37º
Argentina	2º	1º	2º
China	3º	20º	12º
Estados Unidos	1º	3º	10º
Índia	5º	28º	24º
Portugal	16º	4º	22º
Rússia	15º	17º	18º

Fonte: Elaboração própria (2023). Dados dos gráficos 1, 2 e 4.

Completada a apresentação e discussão dos resultados, segue-se para a última seção desta monografia. Na conclusão, serão abordados os comentários finais sobre os achados deste trabalho e suas limitações. Além disso, será estabelecida uma agenda para que pesquisas futuras possam não só aprimorar a metodologia, como também aprofundar o debate.

8 CONCLUSÃO

A discussão sobre a relação entre o discurso e a ação é densa e carece de consenso. A literatura, que geralmente se debruça sobre o uso de conceitos no discurso para observar a atenção na política externa, é escassa de análises empíricas. É por essa situação que se faz necessário o desenvolvimento de novos meios de operacionalizar e, assim, compreender como influenciam-se essas duas dimensões da política externa.

Ao considerar as menções a outros países nos discursos brasileiros, as viagens bilaterais do presidente e os acordos bilaterais celebrados, entre os anos de 1995 e 2019, confirma-se as duas hipóteses desta monografia. São elas: 1) que quanto maior for o número de menções discursivas a um país, maior será o número de acordos bilaterais celebrados com ele, e 2) que quanto maior for o número de menções discursivas a um país, mais frequentes são as visitas do presidente brasileiro.

De fato, existe uma tendência geral e majoritária na forma como o Brasil interage com os outros Estados: os que recebem mais atenção no discurso são, também, priorizados na prática, possuindo uma relação mais ativa. Percebe-se que esse comportamento se aplica bem no caso dos países da América do Sul, apesar de serem menos padronizados no que tange à celebração de acordos.

Ainda assim, existem casos que divergem disso, com uma tendência de política externa mais retórica, em que se fala mais do que se faz. O caso dos membros do BRICS, por exemplo, expõe uma preocupação brasileira que se direciona mais a falar sobre os países do bloco do que a realizar atos práticos com eles. Tanto no caso das visitas quanto no dos acordos, esses atores possuem um número menor do que o esperado pelo modelo.

Além dessa, a situação do Estados Unidos é bem peculiar. O país que foi, de longe, o mais citado nos discursos, aparece mais distante no que tange aos indicadores de ação diplomática utilizados por essa monografia. Acredita-se que isto possa estar fortemente relacionado ao teor das menções. Devido à relação já descrita como ambivalente, é possível

que só o número de referências não faça justiça ao nível de aproximação existente entre o Brasil e esse país. Portanto, é necessário observar se essas referências discursivas são positivas ou negativas para obter uma melhor compreensão dos resultados encontrados para os Estados Unidos.

Dois achados que merecem destaque são o da Alemanha e o da Colômbia. Ambos parecem ser alvos de uma diplomacia mais prática por parte do Brasil. Embora a Alemanha seja um dos 30 mais mencionados, ela se apresenta como ator mais relevante quando são observadas as variáveis da dimensão prática. A Colômbia, de forma similar, aparece como um dos mais mencionados mas reverte a tendência encontrada para a atuação brasileira na microrregião. Enquanto os demais países da América do Sul são objetos de uma interação brasileira com maior sintonia entre discurso e ação, Colômbia está abaixo da linha de tendência em ambos os gráficos 3 e 5, possuindo um número de visitas e acordos acima do esperado pelo modelo.

Os achados para a relação com Portugal também são interessantes, visto que sugerem uma contraposição ao estado da arte da literatura, representada por Seabra e Malamud (2022). Enquanto os autores defendem que essa relação bilateral delimita-se ao discurso, os dados desse TCC apresentam uma posição favorável a Portugal também na prática da PEB.

É válido reconhecer que essa monografia possui alguns limites que podem ser corrigidos em versões ou pesquisas futuras. Alguns já foram mencionados, como a necessidade do teor das menções. Juntamente a esse, é importante ressaltar que existem outros mecanismos para coletar as menções discursivas, mas optou-se por permanecer com a metodologia de dicionário, realizada por Rocha (2021), para garantir a cumulatividade do conhecimento. Além disso, a variável de viagens poderia conter as visitas bilaterais realizadas pelo chanceler, a fim de apurar a compreensão dessa atenção e permitir o estudo de como isso se comporta de acordo com o cargo.

Esta monografia não esgota a investigação acerca do tema, mas introduz novas variáveis que devem ser úteis em outros trabalhos. É válido, como agenda futura, adicionar outros indicadores que não puderam ser utilizados aqui, como a existência de uma parceria estratégica e a atividade comercial entre os países.

Sendo o primeiro trabalho na literatura brasileira a trazer esta correlação, as contribuições deste trabalho são direcionadas ao fortalecimento desse tipo de análise e ao aprofundamento do debate sobre a relação entre o discurso e a prática na política externa. Acredita-se que ele proporciona uma nova compreensão sobre os comportamentos da PEB, apontando para uma consistência entre o discurso e a prática na maioria das relações do país.

REFERÊNCIAS

- ADLER, E. 1999. **O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais**. Lua Nova, São Paulo, v. 47, n.1, p. 201-252.
- ALLES, Leonardo. 2012 **A política externa do governo Lula: da não intervenção à não indiferença**. Curitiba: Editora Appris.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. 2006. **Uma nova “arquitetura” diplomática? - interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 49, n. 1, p. 95–116.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. 2004. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162–184.
- AMORIM, Celso. 2010 **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 53, n. spe, p. 214–240.
- AMORIM, Celso. 2012. **Entrevista com o embaixador Celso Amorim**. Ministério da Defesa, Brasília.
- BARRETO, Fernando de Mello. 2018. **A Política externa após a redemocratização**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- BASRUR, Rajesh; KUTTY, Shanthie N. 2018. **Conceptualizing Strategic Partnerships**. In: BASRUR, Rajesh; KUTTY, Shanthie (Orgs.). *India and Japan. Politics of South Asia*. Palgrave Pivot, Singapore. p. 1-19,. DOI: https://doi.org/10.1007/978-981-10-8309-9_1.
- BÉCARD, Danielly. **Parcerias estratégicas nas Relações Internacionais: uma análise conceitual**. In: LESSA, Antônio Carlos; ALTEMANI, Henrique (Orgs.). 2013. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço. p. 37-65.
- BÉLAND, Daniel; COX, Robert H. 2011. **Introduction: Ideas and politics**. In: BÉLAND, Daniel; COX, Robert H. *Ideas and Politics in Social Science Research*. Oxford: Oxford University Press. p. 3–23.
- BLANCO, Laura Ferreira. 2016. **The functions of ‘strategic partnership’ in European Union foreign policy discourse**. Cambridge Review of International Affairs, v. 29, n. 1, p. 94-114. DOI: 10.1080/09557571.2015.1126055.
- BRITO, Ana Beatriz de. 2005. **Relations between Brazil and Portugal: From Caravelas to Telenovelas and Beyond**. Paper presented at the XXIII International Conference of Lisbon, IEEI.
- CARVALHO, T. 2009. **Do Lirismo ao Pragmatismo. A Dimensão Multilateral das Relações Luso-Brasileiras (1974–1976)**. Lisbon: Instituto Diplomático.
- CASARÕES, G. 2020. **The first year of Bolsonaro’s foreign policy**. In: MORI, A. (Org.). *Latin America and the new global order: dangers and opportunities in a multipolar world*. Milan: ISPI, p. 81–109.
- CERVO, A. L. 2013. **A parceria inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal**. In: LESSA, A.; ALTEMANI, H. (Orgs.). *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 37-65.

COHEN, Jacob. 1998. **Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences**. Second Edition. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

CORNETET, J. M. C. 2014. **A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade**. *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 24, p. 111–150.

COSTA, C. G. da. 2005. **A cultura como fator dinamizador da economia: os investimentos portugueses no Brasil**. Lisbon: UTL.

CRUZICHI, Isabella. 2019. **Brasil e os grandes PALOP: uma análise comparativa da política externa do governo Geisel, Figueiredo e Sarney (1974-1990)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/3762>. Acesso em: 03 jan. 2023.

CUNHA, Guilherme Lopes da. 2021. **Brasil e China: uma Parceria Estratégica Global**. In: *Sul Global e Integração Regional: a Política Externa Brasileira (2003-2016)*. Publisher: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 298-324.

DÁVILA, Jerry. 2010. **Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950–1980**. Durham: Duke University Press.

DANCEY, Christine P. e REIDY, John. 2006. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre, Artmed.

FARIAS, Rogerio de Souza. 2013. **Parcerias Estratégicas: marco conceitual**. In: LESSA, Antônio; ALTEMANI, Henrique. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço. p. 15-35.

FAUSTO, Boris. 2012. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp.

FERREIRA-PEREIRA, Laura C.; VIEIRA, Alena V. G. 2016. **Introduction: The European Union's strategic partnerships: conceptual approaches, debates and experiences**. *Cambridge Review of International Affairs*, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 1-18. DOI: <https://doi.org/10.1080/09557571.2015.1130341>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09557571.2015.1130341>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FILHO, Júlio. **Lista de Países**. Disponível em: <https://github.com/juliolvfilho/lista-paises>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FONSECA Jr., Gelson. 1998. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra.

FONSECA JR., Gelson. 2011. **Política externa brasileira: padrões e discontinuidades no período republicano**. *Relações Internacionais*, [S.l.], n. 29, p. 15-32.

FONSECA, Carmem Sofia Rodrigues da Silva. 2010. **Intenções versus desempenho: o Brasil na política exterior portuguesa (1976-2007)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S.l.], v. 53, n. 2, p. 49-69.

FONSECA, Carmem. 2011. **A política externa brasileira da democracia: o paradoxo da mudança na continuidade?** *Revista RI Relações Internacionais*, [S.l.], v. 29, n. 29, p. 33-43.

- GENOÍNO, José. 1999. **O declínio da diplomacia presidencial**. Carta Internacional, [S.l.], n. 71.
- GOLDSTEIN, Avery. 2005. **Rising to the Challenge: China's Grand Strategy and International Security**. Stanford: Stanford University Press.
- GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO, M. C. 2003. **Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas**. *Dossiê CEBRI* vol. 2, ano 2. Rio de Janeiro.
- GREVI, Giovanni. 2010. **'Making EU strategic partnerships effective'**. FRIDE Working Paper 105, 1–21
- HAMILTON, Daniel S.. 2014. **'The American Way of Partnership'**. Working Paper 6. Madrid/Brussels: FRIDE/EGMONT.
- HILL, Christopher. 1993. **'The capability-expectations gap, or conceptualizing Europe's international role'**. *Journal of Common Market Studies*, 31:3, 305–328.
- HIRST, M.; PINHEIRO, L. 1995. **A Política Externa Brasileira em Dois Tempos**. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 38, n. 1, pp. 5-23, Junho 1995.
- HOPF, T. 1998. **The Promise of Constructivism in International Relations Theory**. *International Security*, 23(1), 171–200. doi:10.1162/isec.23.1.171.
- HOUGHTON, D. P. 2007. **Reinvigorating the Study of Foreign Policy Decision Making: Toward a Constructivist Approach**. *Foreign Policy Analysis*, 3(1), 24–45. doi:10.1111/j.1743-8594.2007.00040.x.
- HURRELL, Andrew. 2008. **«Lula's Brazil: a rising power, but going where?»**. In *Current History*, fevereiro de 2008, p. 54.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. 2013. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar. 2. ed.
- JING, Huang; ZHOPING, Feng. 2014. **China's strategic partnership diplomacy: engaging with a changing world**. Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior [FRIDE]. Working Paper No.8, June.
- LESSA, Antônio Carlos 1998. **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais**. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 41, n. spe. Available at . accessed on Sept. 01/2010. doi: 10.1590/S0034-73291998000300003.
- LESSA, Antônio Carlos. 2010. **Brazil's Strategic Partnerships: An Assessment of the Lula Era (2003-2010)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, edição especial, p. 115-131.
- LIMA, R. T. A. 2009. **A participação da sociedade civil organizada na formulação da política externa brasileira: as conferências sociais da ONU da década de 1990**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília.
- MALAMUD, Andrés; PEDRO Seabra. **'Portugal and Brazil'**. in Jorge M. Fernandes, Pedro C. Magalhães, and António Costa Pinto (eds). 2022. *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (online edn, Oxford Academic), <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780192855404.013.45>, acessado em: 29 Dec. 2022.

LIMA, Maria Regina S. de. 2010. **Expondo sobre “As bases conceituais da Política Externa Brasileira” no Seminário Iniciativa México Brasil.** LACC/FIU, Miami, março.

MESQUITA, R. 2019. **Introducing the Rising Powers Diplomatic Network (RPDN): A Dataset for Rising Powers' Presidential Diplomacy and Diplomatic Presence Abroad.** *Rising Powers Quarterly*, 3(4), 7-31. <https://nbnresolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-64476-7>.

MESQUITA, R.; MEDEIROS, M. de A.; AMELOTTI, L. V.. 2019. **Diplomats, Quo Vadis? The determinants of Brazilian diplomatic presence.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.62, n. Rev. brs.polít. int., 2019 61(1).

MESQUITA, Rafael e CHIEN, Jia Huei. 2021. **Do regional powers prioritise their regions? Comparing Brazil, South Africa and Turkey.** *Third World Quarterly*, DOI: 10.1080/01436597.2021.1898280.

MILLIKEN, J. 1999. **The Study of Discourse in International Relations.** *European Journal of International Relations*, 5(2), 225–254. doi:10.1177/1354066199005002003.

JENNE, Nicole; SCHENONI, Luis Leandro e URDINEZ, Francisco. 2017. **Of words and deeds: Latin American declaratory regionalism, 1994–2014.** *Cambridge Review of International Affairs*, 30:2-3, 195-215, DOI: 10.1080/09557571.2017.1383358.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. 2005. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier.

NOLTE, D., SCHENONI, L.L. 2021. **To lead or not to lead: regional powers and regional leadership.** *Int Polit.* <https://doi.org/10.1057/s41311-021-00355-8>, acessado em: 03 Jan. 2023.

ONUF, Nicholas. 2001. **‘Speaking of Policy’.** In Armonk Kubalkova (ed) *Foreign Policy in A Constructed World* (New York: M. E. Sharpe), 77–95.

ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge. 2013. **O espaço do IBAS na política externa brasileira.** In: Antônio Carlos Lessa; Henrique Altemani de Oliveira. (Org.). *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, v. 2, p. 15-35.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. 2013. **Brasil e Estados Unidos: Um enfoque contemporâneo das relações bilaterais (1990/2011).** In: LESSA, Antônio; ALTEMANI, Henrique. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 37-65.

PARAMESWARAN, Prashanth. 2014. **‘Explaining US Strategic Partnerships in the Asia-Pacific Region: Origins, Developments and Prospects’.** *Contemporary Southeast Asia*, Vol. 36, No. 2, pp. 262–89.

PEREIRA, Analúcia Denilevich. 2003. **A Política Externa do Governo Sarney: A Nova república diante do reordenamento internacional (1985-1990).** Porto Alegre: UFRGS. 436 p.

PINHEIRO, Letícia. 1998. **“1997: O ano que não terminou”.** *Carta Internacional*, 59, jan., São Paulo, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada da Universidade de São Paulo

PRADO, Débora F. B. e MIYAMOTO, Shiguenoli. 2010. **A Política Externa do Governo José Sarney (1985 – 1990)**. Revista de Economia e Relações Internacionais, vol. 8, nº 16, pp. 67-80.

RENARD, Thomas. 2012. **‘The EU strategic partnerships review: ten guiding principles’**. ESPO policy brief 2, (Egmont: Brussels), 1–6

ROCHA, Felipe Ferreira de Oliveira; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. 2018. **Do concepts matter? Latin America and South America in the discourse of Brazilian foreign policymakers**. Brazilian Political Science Review, v. 12, n.3, p. 1–24.

ROCHA, Felipe Ferreira de Oliveira. 2017. **O uso dos conceitos de América Latina e América do Sul pela diplomacia brasileira de 1995 a 2014**. Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23655>, acessado em: 17/01/2023.

_____. 2021. **Comparando agendas diplomáticas : ênfases temáticas de presidentes e de chanceleres brasileiros (1995-2019)**. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40077>, acessado em: 03 Jan. 2023

ROJAS, F; MILET, P. 1999. **‘Diplomacia de Cúpulas: O Multilateralismo Emergente do Século XXI’**. Contexto Internacional, vol. 21, no. 2, pp. 291–359.

SARAIWA, Miriam Gomes. 2013. **Encontros e Desenvontros: perspectivas de uma parceria estratégica**. In: LESSA, Antônio; ALTEMANI, Henrique. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 37-65.

SARAIWA, Miriam Gomes; GOMES, Zimmer Bom. 2016. **Os limites da política externa de Dilma Rousseff para a América do Sul**. Relaciones Internacionales, v. 25, n. 50, p. 81–97.

SEABRA, Pedro; ABDENUR, Adriana Erthal. 2018. **‘Age of Choice or Diversification? Brazil, Portugal, and Capacity-Building in the Angolan Armed Forces’**. African Security 11(3): 252–273.

SEABRA, Pedro. 2021. **“Despite the Special Bonds that Tie Us”: Portugal, Brazil, and the South Atlantic in the late Cold War**. Cold War History 21(3): 357–374.

SEABRA, Pedro. 2021. **‘From Opportunity Seeking to Gap Filling: Reframing Brazil in Lusophone Africa’**. In Brazil-Africa Relations in the 21st Century: From Surge to Downturn and Beyond, edited by Mathias Alencastro e Pedro Seabra, 25–41. Cham: Springer.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. 2002. **“Política e comércio exterior”**. In: LAMOUNIER, Bolívar & FIGUEIREDO, Rubens. *A era FHC: um balanço*, São Paulo, Cultura.

SILVA, André Luiz Reis da. 2015. **Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010)**. Contexto Internacional [online]. v. 37, n. 1 [Acessado 29 Dezembro 2022], pp. 143-184. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100005>>. ISSN 1982-0240. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100005>, acessado em: 03 Jan 2023.

SILVA, Sara da. 2007. **From Caravelas to Telenovelas**. Popular Culture, Cultural Exchange and Cultural Appropriation’. Bachelor’s thesis. Stockholm University.

SILVA, Joaquim Ramos. 1994. **A nova geopolítica da economia portuguesa**. Lusotopie, julho. p., 51-73.

SPEKTOR, Matias. 2004. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. v. 47, n. 2 [Acessado 21 Novembro 2022] , pp. 191-222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200007>>, acessado em: 03 Jan. 2023.

STRUVER, Georg. 2017. **China's Partnership Diplomacy: International Alignment Based on Interests or Ideology**. *The Chinese Journal of International Politics*, Volume 10, Issue 1, Spring, Pages 31–65. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/pow015> (Acesso em: 09/01/2023).

STUENKEL, Oliver, e TAYLOR, Matthew M. 2015. «**The Brazilian liberal tradition and the global liberal order**». In Stuenkel, Oliver, e Taylor, Matthew M. (eds.) – *Brazil on the Global Stage*. Nova York: Palgrave Macmillan, p. 50.

TANNENWALD, Nina. 2005. **Ideas and Explanations: Advancing the Theoretical Agenda**. *Journal of Cold War Studies* 7 (2): 13– 42.

VAHL, Marius. 2001. **‘Just good friends? The EU-Russian ‘strategic partnership’ and the northern dimension’**. CEPS working document 166, 1–55

VAZ, Alcides Costa. 1999. **Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. v. 42, n. 2 [Acessado 27 Dezembro 2022], pp. 52-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000200004>>. Epub 08 Set 2008. ISSN 1983-3121. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000200004>, acessado em: 03 Jan. 2023.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco. 2021. **História das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo. Saraiva Educação (Coleção temas essenciais em RI), 2ª ed.

VIGEVANI, Tullo; DE OLIVEIRA, Marcelo F; CINTRA, Rodrigo. 2003. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 31–61.

VILLA, Rafael Duarte. 2013. **Brasil-Venezuela: cooperação e dificuldades nas relações bilaterais contemporâneas**. In: LESSA, Antônio; ALTEMANI, Henrique. *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 37-65.

VIZENTINI, P. G. F. 2003. **A política externa brasileira em transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. In: Estevão Martins. (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília. Brasília: IPRI. v. , p. 63-106.

WENDT, A. 1992. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. *International Organization* (em inglês) (2): 391–425. ISSN 0020-8183. doi:10.1017/S0020818300027764. Consultado em 17 de janeiro de 2023.

_____. 1995. **Constructing international politics**. *Int Secur*;20(1):71–81.

_____. 1999. **Social theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.

ZANINI, Fábio. 2017. **Euforia e fracasso do Brasil grande: política externa e multinacionais brasileiras na era Lula**. São Paulo: Editora Contexto.

ANEXO A - Territórios excluídos da análise

Quadro 5: Lista dos territórios sem dados

ISO	Nome	ISO	Nome	ISO	Nome
AIA	Anguilla, Anguilha, Anguila	ABW	Auba	GIB	Gibraltar
GLP	Guadalupe	GUM	Guam	BVT	Ilha Bouvet
IMN	Ilha do Homem	CXR	Ilha Natal	PCN	Ilha Pitcairn, Ilhas Picárnia
REU	Ilha Reunião	ALA	Ilhas Aland	CCK	Ilhas Cocos
FRO	Ilhas Faroes	SGS	Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul	HMD	Ilhas Heard e McDonald
MNP	Ilhas Marianas do Norte	UMI	Ilhas Menores dos Estados Unidos	NFK	Ilhas Norfolk
SJM	Ilhas Svalbard e Jan Mayen	TKL	Ilhas Tokelau	TCA	Ilhas Turks e Caicos
VIR VGB	Ilhas Virgens	WLF	Ilhas Wallis e Futuna	MTQ	Martinica
MYT	Mayotte, Maiote	NCL	Nova Caledônia	PYF	Polinésia Francesa
SHN	Santa Helena	BLM	São Bartolomeu	MAF	São Martin
SPM	St Pierre and Miquelon, São Pedro e Miquelão, São Pedro e Miquelon, Saint-Pierre e Miquelon	IOT	Território Britânico do Oceano Índico	ATF	Territórios do Sul da França

Fonte: Elaboração própria (2023).

ANEXO C – Descrição do modelo de tendência

Quadro 6: Modelos de linha de tendência do gráfico 3

Grau de liberdade do modelo	2
Graus de liberdade residual	209
Soma dos erros quadráticos	6,68159e+06
Erro de média quadrada	31969,3
Coefficiente de determinação (R²)	0,646649
Erro padrão	178,8
P-value	< 0,0001

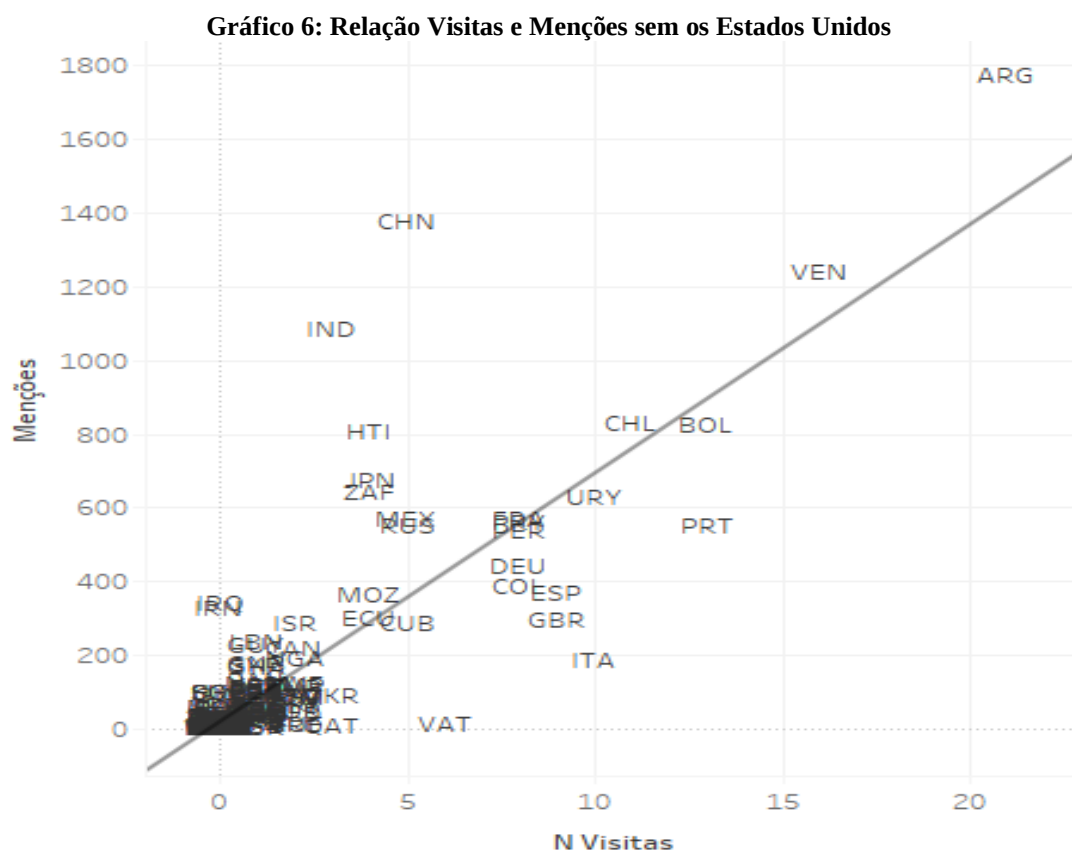
Fonte: Elaboração própria (2023).

Quadro 7: Modelos de linha de tendência do gráfico 5

Grau de liberdade do modelo	2
Graus de liberdade residual	209
Soma dos erros quadráticos	1,03818e+07
Erro de média quadrada	49673,7
Coefficiente de determinação (R²)	0,450966
Erro padrão	222,876
P-value	< 0,0001

Fonte: Elaboração própria (2023).

ANEXO D - Análise sem o efeito dos Estados Unidos



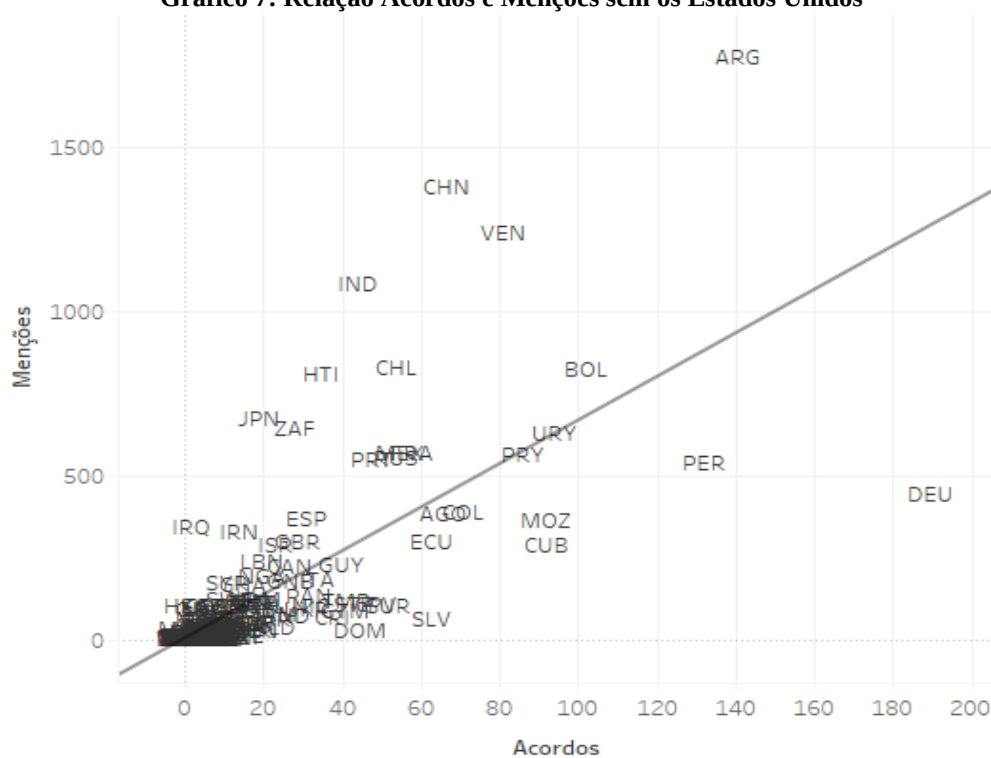
Soma de N visitas vs. soma de N menções. As marcas são rotuladas por Iso3.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado nos dados coletados.

Quadro 8: Modelos de linha de tendência do gráfico 6

Grau de liberdade do modelo	2
Graus de liberdade residual	208
Soma dos erros quadráticos	3,92182e+06
Erro de média quadrada	18854,9
Coeficiente de determinação (R2)	0,679285
Erro padrão	137,313
P-value	< 0,0001

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Gráfico 7: Relação Acordos e Menções sem os Estados Unidos

Soma de N visitas vs. soma de N menções. As marcas são rotuladas por Iso3.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado nos dados coletados.

Quadro 9: Modelos de linha de tendência do gráfico 7

Grau de liberdade do modelo	2
Graus de liberdade residual	208
Soma dos erros quadráticos	5,80718e+06
Erro de média quadrada	27919,1
Coefficiente de determinação (R2)	0,525105
Erro padrão	167,09
P-value	< 0,0001

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).